



Arrecadação cai pela 4ª vez e chega a R\$ 174,31 bilhões em setembro

Saúde com Ciência usará redes sociais para aumentar cobertura vacinal

Página 4

Temporada de cruzeiros deve ter impacto de mais de R\$ 5 bi na economia

Página 3

Dólar fecha abaixo de R\$ 5 pela primeira vez em quase um mês

Em mais um dia de alívio no mercado financeiro, o dólar voltou a cair e fechou abaixo de R\$ 5 pela primeira vez em quase um mês. A bolsa de valores subiu após cinco quedas consecutivas.

O dólar comercial encerrou a terça-feira (24) vendido a R\$ 4,994, com queda de R\$ 0,023 (-0,46%). A cotação chegou a abrir em alta, mas passou a despencar após a abertura dos mercados norte-americanos, até fechar próxima dos níveis mínimos do dia.

Com o desempenho da terça-feira, a moeda norte-americana está no menor valor desde 26 de setembro, quando era vendida a R\$ 4,98. A divisa acumula queda de 0,66% em outubro e de 5,42% em 2023.

No mercado de ações, o dia foi marcado pela recuperação. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 113.762 pontos, com alta de 0,87%. O indicador foi impulsionado por petroleiras e mineradoras, além da entrada de capitais no Brasil.

Apesar de ter subido perante as principais moedas dos países emergentes, o dólar caiu em relação ao real. Notícias de que a China pretende promover uma nova rodada de estímulos compensaram a leve alta nos juros dos títulos do Tesouro norte-americano. Isso ocorre porque o país asiático é um grande consumidor de commodities (bens primários com cotação internacional), o que beneficia o Brasil.

Apesar do agravamento do conflito entre Israel e o grupo palestino Hamas, o mercado financeiro ainda não sofreu turbulências significativas porque a guerra, a menos que se alaste pelo Oriente Médio, tem pequeno impacto na produção de petróleo. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com muitas nuvens durante o dia. Períodos de nublado, com chuva a qualquer hora.

26° C
18° C



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,99
Venda: 4,99

Turismo

Compra: 4,80
Venda: 5,20

EURO

Compra: 5,28
Venda: 5,22

BNDES e ONU destinam R\$ 1,8 bi para famílias do semiárido nordestino



Foto/Arquivo/ABR

Página 3

Verstappen vence nos Estados Unidos depois de largar em 6º

Mesmo saindo em sexto lugar no grid para o GP dos Estados Unidos, depois de ter sua volta de classificação deletada por exceder os limites de pista, Max Verstappen mostrou boa recuperação em Austin e cruzou a linha de chegada novamente em primeiro lugar, alcançando sua 15ª vitória na temporada e a 50ª na carreira.

A corrida começou agitada, com Lando Norris, da McLaren, tomando a liderança do pole position Charles Leclerc, da Ferrari, logo na primeira curva.

Página 10



Foto/Red Bull Content Pool

Max Verstappen

Carioca Gabriel Fernandes vence a F-4 Jr e é o virtual campeão na V11 Aldeia Cup



Foto/Leonardo Dias

Gabriel Fernandes foi bem agressivo com o seu Techspeed pra vencer novamnte

Bastaram cinco vitórias em sete etapas, para que o carioca Gabriel Fernandes (Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel) seja considerado o virtual campeão da categoria F-4 Júnior na V11 Aldeia Cup. No último fim de semana, o piloto de Nova Iguaçu foi o pole position da penúltima rodada do certame do Kartódromo Internacional Aldeia da Serra (Barueri/SP) e venceu novamente, para somar 128 pontos, abrindo 46 de folga sobre o vice-líder Miguel Silva. A oitava e última rodada será realizada dia 26 de novembro, com 43 pontos ainda em jogo.

Página 10

Pietro Fittipaldi é contratado pela Rahal Letterman Lanigan Racing

A Rahal Letterman Lanigan Racing (RLL) anunciou na segunda-feira que Pietro Fittipaldi, atual piloto reserva e de testes da Haas F1 Team, vai pilotar o carro de número 30 da equipe em sua primeira temporada completa da NTT INDYCAR SERIES em 2024.

Multicampeão em categorias de fórmulas e vencedor no WEC (Mundial de Endurance), Fittipaldi retorna à categoria depois de ter feito nove provas

em 2018 e 2021 pela Dale Coyne Racing. Detalhes sobre o patrocínio da inscrição serão anunciados posteriormente.

“Estou extremamente orgulhoso e honrado em pilotar para a equipe Rahal Letterman Lanigan Racing. Com a experiência que adquiri nos últimos anos na F1 e em outras categorias, estou ansioso pelo desafio de correr na INDYCAR, uma das séries mais competitivas e versáteis do mundo.

Página 10

Vedacit Vôlei Guarulhos conquista o Campeonato Paulista Masculino de 2023



Foto/Rosana Naggar

Campeonato Paulista Masculino de 2023

Em uma final reunindo as duas melhores equipes do torneio, a expectativa é sempre de uma grande disputa. Mas Vedacit Vôlei Guarulhos e Suzano Vôlei foram além e proporcionaram um verdadeiro show de garra, determinação e muita técnica ao longo das três partidas do playoff final. Na noite desta se-

gunda, no Ginásio da Ponte Grande, o Vedacit Vôlei Guarulhos garantiu seu primeiro título estadual ao vencer a terceira partida, de virada, por 3 sets a 2, com parciais de 33/35, 21/25, 25/23, 25/16 e 15/12, fechando a série por 2 a 1 e tendo apenas uma derrota em todo o torneio.

Página 10

Defesa Civil alerta para temporais que atingirão SP a partir desta quarta

A Defesa Civil do Estado SP alerta para a chegada de uma frente fria ao estado a partir do final da tarde desta terça-feira, 24, com previsão de fortes temporais para todas as regiões do Estado de São Paulo entre quarta-feira, 25 e sexta-feira, 27. Durante este período haverá queda nas temperaturas, principalmente nos municípios da faixa leste. Há possibilidade de pancadas de chuvas virem acompanhadas de queda de raio e queda de granizo, além de rajadas de vento de até 70km/h.

Na Capital, Região Metropolitana de São Paulo, Região do Vale do Ribeira e Itapeva são esperados acumulados de até 50mm. Na região de Campinas e

Sorocaba os acumulados ficarão em 70mm. Já nas regiões de Araquara, Bauru, Presidente Prudente, Marília, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte a previsão são de 80mm, durante as 72 horas do alerta, chuva considerada moderada. No entanto, aos municípios da faixa leste requerem atenção especial, o que inclui o Litoral Paulista, haja vista a existência de um número maior de áreas de riscos nestes locais.

No interior do estado é esperada a maior concentração de chuva. Nas regiões de Araçatuba, Barretos, Franca, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto os acumulados podem chegar aos 100mm, chuva considerada forte. Em todas as regiões haverá

presença de rajadas de vento que podem chegar aos 70 km/h, além de raios e granizo.

Os moradores destas regiões devem permanecer atentos às recomendações da Defesa Civil. Jamais enfrentar áreas alagadas ou com enxurradas. Uma lâmina com 15cm de água pode arrastar uma pessoa e com 30cm levar um automóvel. Ao ouvir um trovão devem procurar um local coberto e evitarem permanecer para-dos embaixo de árvores.

As pessoas que residem em áreas de encosta precisam observar os sinais de movimentação do solo. Durante o processo de deslizamento é comum surgirem rachaduras nas paredes dos imóveis, portas e janelas emperrarem, postes e árvores se inclinarem e água lamacenta escorrer pelo morro.

Como há previsão de rajadas de vento em todo o estado é fundamental adotar alguns cuidados. É recomendado evitar estacionar veículos próximos às árvores, profissionais que trabalham ao ar livre e em altura precisam redobrar os cuidados com a segurança.

Nas áreas litorâneas, devido

a essas rajadas de vento, a agitação marítima ficará mais intensa, logo, durante o período do alerta, não é recomendado que as pessoas permaneçam no mar e nas orlas da praia, mantendo atenção com as edificações, infraestruturas e vias que estejam em áreas vulneráveis à erosão e inundações costeiras. Além disso, recomenda-se cuidado com embarcações e evitem adentrar em alto mar. A prática de esportes aquáticos ou influenciados pelo vento como surf, windsurf e kitesurf também devem ser evitados.

A Defesa Civil do estado estará de prontidão ao longo destes dias, monitorando em tempo real a evolução da chuva e emitindo os alertas à população pelo SMS 40199. Para se cadastrar basta enviar uma mensagem de texto para o número 40199 e no campo da mensagem digitar o CEP da localidade de interesse.

Recomendamos às Defesas Cívicas Municipais que permaneçam atentas e reforcem a divulgação de informações para a população, visando a adoção de medidas de autoproteção.

Peritos fazem inspeções em presídios do estado de São Paulo

Peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) iniciaram na segunda-feira (23) uma série de inspeções-surpresa em presídios, hospitais psiquiátricos e centros de detenção provisória no estado de São Paulo. As vistorias, que ocorrem sem aviso prévio às unidades de detenção, serão realizadas até a sexta-feira (27), quando os resultados das averiguações serão apresentados, em audiência pública, na Assembleia Legislativa do Estado de São

Paulo (Alesp).

A primeira vistoria ocorreu no Centro de Detenção Provisória de Franco da Rocha (SP). Já foram inspecionadas também as Penitenciárias Venceslau 1 e 2, em Presidente Venceslau (SP); a Penitenciária Feminina de Tupi Paulista, em Tupi Paulista (SP); a Penitenciária de Dracena (destinada para regime semiaberto), em Dracena (SP); e o Hospital Bezerra de Menezes, em Presidente Prudente (SP).

“Estamos indo nas unidades prisionais para conversar com

pessoas privadas de liberdade e ver as condições das instituições, buscando garantir que nenhuma pessoa sob custódia do Estado seja submetida a condições degradantes e desumanas”, destacou a deputada estadual Paula Nunes (Psol), que acompanhou a inspeção no CDP de Franco da Rocha.

O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, instituído por lei

federal em 2013. O órgão é composto por 11 peritos independentes, que podem acessar as instalações de privação de liberdade, como centros de detenção, hospital psiquiátrico, abrigo de pessoa idosa, instituição socioeducativa ou centro militar de detenção disciplinar.

Quando são constatadas irregularidades, os peritos encaminham relatórios com recomendações às autoridades competentes, que devem adotar providências. (Agência Brasil)

Metrô demite empregados por paralisação surpresa em 12 de outubro

O Metrô de São Paulo decidiu aplicar punições a nove operadores de trem da Companhia em função de faltas graves durante a paralisação surpresa no último dia 12 de outubro. Os serviços foram prejudicados em 49 estações, com interrupção total nas linhas 1-Azul, 3-Vermelha e 15-Prata e operação com velocidade reduzida na Linha 2-Verde. A companhia também avalia outros casos e não descarta novas punições.

Cinco funcionários foram demitidos, um foi suspenso por 29 dias e outros três, que contam com estabilidade sindical, sus-

pensos sem remuneração para serem submetidos a inquérito perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que irá apurar a ocorrência de falta grave e decidir pela consequente demissão.

A decisão do Metrô foi baseada em provas compostas por imagens, áudios e relatórios que indicaram a conduta irregular dos nove profissionais. A direção da Companhia avaliou que a paralisação atendeu apenas a interesses privados e descumpriu a legislação por ter sido implementada sem aviso prévio e sem qualquer autorização neste sentido pela

assembleia da categoria dos metroviários.

Os nove empregados punidos alegaram protestar contra advertências recebidas por outros três empregados da Linha 2-Verde. É importante destacar que tais advertências não implicavam em demissão ou redução de salários.

A paralisação deixou os trens paralisados e milhares de pessoas sem comunicação tanto nos trens como nas estações sem nenhuma informação, uma vez que os operadores haviam decidido deixar seus postos e fechar as estações. Houve registro de

protestos de passageiros e danos nas estações, o que colocou em risco a integridade do público e também de outros funcionários do Metrô.

A companhia registrou mais de 30 evacuações de trem e 49 estações fechadas durante a paralisação de cerca de três horas. O Metrô ainda ressalta que as punições determinadas nesta terça-feira (24) não estão relacionadas à greve dos metroviários no último dia 3, quando o sindicato descumpriu decisão judicial para manter as operações em patamares determinados pelo Tribunal Regional do Trabalho.

SP inaugura centro de inovação em alimentos em parceria com a iniciativa privada

O Governo de São Paulo inaugurou na última semana, em Campinas, no interior do estado, o Tropical Food Innovation Lab: um centro de pesquisa que vai impulsionar a inovação na indústria de alimentos, com foco em tecnologia, sustentabilidade e nutrição acessível.

O novo laboratório é fruto de uma parceria público-privada, entre um consórcio de empresas privadas que atuam na área e o Instituto de Tecnologia de Alimentos, o Itai, órgão vinculado à

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

O objetivo é contribuir e impulsionar o mercado de inovação em alimentos, gerando segurança alimentar por meio da criação de produtos nutritivos, sustentáveis e acessíveis.

Localizado na sede do Itai em Campinas, o centro terá um modelo de governança compartilhada entre o instituto do governo paulista e as empre-

sas cofundadoras.

“Participam dessa iniciativa três grandes indústrias da área de alimentos: a Cargill, Bühler e Givaudan. Também a FoodTech-HUB Latam, além do Itai”, explica a diretora geral do Itai, Eloísa Garcia. “Essa união de esforços vai trazer a aceleração de um ecossistema de inovação que será complementar à infraestrutura do Itai e também buscará trazer as competências brasileiras na área de ciência, tecnologia e inovação em alimentos”, completa.

A ideia é que o centro também sirva como uma incubadora de projetos de inovação em alimentos. Para isso, o espaço conta com laboratórios de análise, uma planta-piloto de linhas de produção em pequena escala e uma cozinha experimental.

Com a inauguração do centro de inovação, o local ainda passará a ter uma área dedicada ao desenvolvimento de bebidas saudáveis e alimentos “plant based”, ou seja, produzidos a partir de plantas e vegetais.

Concurso Estadual Qualidade do Café de São Paulo recebe 328 amostras para seleção

Em sua 22ª edição, o Concurso Estadual “Qualidade do Café de São Paulo” busca promover e divulgar os cafés do estado para os mercados interno e externo. Lançado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo este ano, o certame quer valorizar produtos de excelência que vêm sendo cultivados pelos produtores paulistas.

Após o encerramento das inscrições, ocorrido no dia 17, foram contabilizadas 328 amostras de regiões produtoras do estado de São Paulo. “Na edição do ano passado, recebemos 180

amostras e hoje contabilizamos este aumento expressivo de lotes entregues nas Regionais e Casas da Agricultura. Este dado mostra a credibilidade e a importância do evento para os cafeicultores paulistas”, diz Alexandre Manzoni Grassi, diretor do Departamento de Extensão Rural (Dextru) da CATI.

Agora, as amostras serão codificadas após inserção dos dados cadastrais em sistema informatizado, que manterá sigilo absoluto até a classificação final. Entre os dias 6 e 10 de novembro, ocorrerá, com avaliação de especialistas, degustação às ce-

gas dos cafés inscritos.

“O Concurso de Qualidade do Café é uma ação essencial na avaliação do estado da arte da cadeia produtiva, assim como instrumento técnico científico na avaliação e caracterização dos grãos produzidos no Estado de São Paulo. Um esforço conjunto da pesquisa, extensão e cadeia produtiva em prol de um bem comum”, avalia Daniel Gomes, diretor da Apta Regional.

A cerimônia de premiação do concurso será realizada no auditório do IAC, em Campinas, no dia 22 de novembro. “O prêmio chancela o trabalho dos cafeicul-

tores paulistas, que com apoio dos nossos institutos de pesquisa produzem grãos de qualidade e reconhecidos internacionalmente”, ressalta Guilherme Piai, secretário de Agricultura.

O concurso é organizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), juntamente com Apta Regional, Instituto Agrônômico (IAC), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), institutos de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), vinculadas à Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Histórias : 31 outubro [506 anos das Reformas Protestantes]. O cristão e vereador (União) Rinaldi Digilio [fundador e líder da igreja Quadrangular Família Global] é destaque da bancada de cristãos protestantes

PREFEITURA (São Paulo)

Histórias : 31 outubro 2023 [506 anos da Reforma Protestante]: o católico e prefeito Ricardo Nunes (MDB) lida muito bem com vereadores e Secretários, apoiadores da bancada cristã de igrejas protestantes

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Histórias : 31 outubro 2023 [506 anos da Reforma Protestante] : o pioneiro dos cristãos protestantes a presidir o parlamento paulista foi o deputado Carlos Apolinário (então no PMDB) entre 1991 e 1993

GOVERNO (São Paulo)

Histórias : 31 outubro 2023 [506 anos da Reforma Protestante] : o governador Tarcísio [católico no Republicanos dos protestantes da igreja Universal] consegue falar a linguagem ‘dos homens e dos anjos’

CONGRESSO (Brasil)

Histórias : 31 outubro 2023 [506 anos da Reforma Protestante] : as bancadas de cristãos protestantes [Senado e Câmara Deputados] está defendendo Ações do Espírito Santo de DEUS e Éticas do Cristo ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Histórias : 31 outubro 2023 [506 anos da Reforma Protestante] : cristãos protestantes aceitarão compor o 3º governo do Lulismo (dono do PT), mesmo defendendo Israel contra nações inimigas via Islamismo ?

PARTIDOS (Brasil)

Histórias : 31 outubro 2023 [506 anos da Reforma Protestante] : cristãos protestantes - donos dos partidos - querem apoiar o católico Lula (dono do PT) como apoiaram o Temer (MDB) e o Bolsonaro (no PL) ?

JUSTIÇAS (Brasil)

Histórias : 31 outubro 2023 [506 anos da Reforma Protestante] : cristão protestante de destaque no mundo jurídico, o ministro André Mendonça (Supremo) será o destaque natural para o mundo dos não católicos

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - **cesarneto.com** - na imprensa (Brasil), desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP), por se tornar “referência das liberdades que DEUS nos deu”

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

BNDES e ONU destinam R\$ 1,8 bi para famílias do semiárido nordestino

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, na terça-feira (24), em Brasília, do anúncio do Projeto Sertão Vivo, Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste.

A iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), das Nações Unidas, vai destinar R\$ 1,8 bilhão a 439 mil famílias no semiárido nordestino, para ações que contribuirão para o combate à fome e aos efeitos das mudanças climáticas.

Durante o evento no Palácio do Planalto, o BNDES e o FIDA assinaram o contrato de financiamento dos recursos que serão disponibilizados para todos os nove estados da região, que tiveram os projetos aprovados no âmbito do edital lançado em julho deste ano.

Pesquisa

O presidente do BNDES, Alo-

izio Mercadante, destacou que não é apenas um projeto social, mas um campo de pesquisa estratégico diante do cenário de eventos climáticos extremos. Segundo ele, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) também é uma das parceiras do projeto.

“Nós tivemos o ano mais quente da história da terra, o mês mais quente, o dia mais quente da história da terra agora. E 98% da previsão meteorológica indicam que os cinco próximos anos serão ainda mais quentes do que este”, destacou. “A caatinga...o semiárido é uma região que historicamente foi exposta à ausência de recursos hídricos, ao sol intenso, a variações de temperatura e ao aquecimento”, lembrou Mercadante.

“O que estamos olhando para essa experiência? Como que o planeta vai se defender do aquecimento global em áreas que podem viver o cenário que o Nor-

deste conhece, com tecnologia social, com toda a experiência de utilizar bem a água, de procurar água, de reúso da água, quais são as variedades que a gente tem que produzir para uma alimentação saudável. Não é só um projeto social, é também um imenso campo de pesquisa para um projeto portador de futuro não só no Brasil mas que a FAO vai se inspirar para levar para outras regiões, por exemplo, da África”, explicou o presidente do banco.

A parceria entre BNDES e FIDA vai apoiar projetos nos estados da Região Nordeste que promovam o aumento da resiliência climática da população rural do semiárido brasileiro, incluindo agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, como povos indígenas, fundo de pasto e quilombolas.

Os beneficiados receberão capacitação e deverão adotar princípios e práticas que propor-

cionem acesso à água, aumentem a produtividade e a segurança alimentar de suas famílias, ampliem a resiliência dos sistemas de produção agrícola, restaurem ecossistemas degradados e promovam a redução das emissões de gases do efeito estufa.

O Projeto Sertão Vivo é acompanhado pelo Consórcio Nordeste, grupo formado pelos nove governadores da região.

Inicialmente, apenas quatro estados seriam contemplados, mas o BNDES anunciou a ampliação do projeto com recursos próprios. Do total de verbas, os governos estaduais terão financiamento de R\$ 1,5 bilhão e R\$ 300 milhões são recursos não reembolsáveis (sem a necessidade de devolução).

Agência especializada das Nações Unidas, o FIDA opera com recursos do Green Climate Fund (GCF), braço da ONU que financia com juros baixos a adoção das metas do Acordo de Paris. (Agencia Brasil)

Pesquisa revela que 53% dos brasileiros acreditam em melhora econômica

Pouco mais da metade da população brasileira acredita que a economia vai melhorar nos próximos 6 meses, embora a maioria acredite que o momento econômico atual seja regular, ruim ou péssimo. A conclusão consta da pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira – Economia e População, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo o levantamento, 53% dos pesquisados acreditam em melhoria da situação econômica, contra 21% que acreditam que nada deve mudar em 6 meses e 22% que acreditam em piora no mesmo período. Realizada pelo Instituto de Pesquisa em Reputação e

Imagem (IPRI), a pesquisa ouviu 2.004 pessoas em todas as unidades da Federação entre 14 e 19 de setembro.

Em relação ao momento atual, 24% da população considera boa a situação da economia, 36% consideram regular e 38% afirmam que a situação está ruim ou péssima.

A percepção varia conforme a região do país. A melhor avaliação está no Nordeste, onde 32% dizem que o desempenho atual da economia está ótimo ou bom. O percentual cai para 23% no Norte e no Centro-Oeste, para 20% no Sudeste e para 18% no Sul. Em contrapartida, o Norte e Centro-Oeste lideram a avaliação ruim ou péssima, com

44%, seguido pelo Sul (43%), pelo Sudeste (39%) e pelo Nordeste (30%).

Apesar da avaliação menos positiva sobre o momento atual da economia, 45% da população brasileira considera ter havido melhorias nos últimos 6 meses. Entre os que consideram a situação da economia atual ruim ou péssima, 17% avaliam que ela está melhor do que no primeiro trimestre.

Parâmetros

A pesquisa também perguntou a expectativa dos entrevistados sobre os indicadores econômicos. Ao todo, foram analisados quatro parâmetros: inflação, juros nos financiamentos pesso-

ais, desemprego e pobreza.

Em relação à inflação, 46% da população acreditam que a inflação subirá nos próximos 6 meses, e 29% acreditam que a inflação vai começar a cair. Sobre os juros, 39% da população acreditam em alta nas taxas dos financiamentos pessoais no mesmo período, enquanto 24% avaliam que elas devem cair.

Para o desemprego, a expectativa é que a taxa aumente nos próximos 6 meses para 30% dos entrevistados e que caia para 31%. Em relação à pobreza, 29% dos brasileiros afirmam que a pobreza ao seu redor subirá e outros 29%, o mesmo percentual, acreditam que a pobreza diminuirá. (Agencia Brasil)

Temporada de cruzeiros deve ter impacto de mais de R\$ 5 bi na economia

Com 195 dias de duração, quase sete meses de navegação, a temporada de cruzeiros 2023/2024 será ainda maior que sua antecessora, com a expectativa de ofertar mais de 877 mil leitos, segundo a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil).

O setor espera criar mais de 80 mil empregos no país, além de gerar um impacto de mais de R\$ 5 bilhões na economia brasileira, motivado pelos gastos das companhias marítimas, dos cruzeiristas e tripulantes nas cidades de embarque e desembarque e visitadas. Esse movimento beneficia setores como o comércio varejis-

ta – despesas com restaurantes, compras, presentes, alimentos e bebidas, além do transporte antes e após a viagem, passeios turísticos, transporte nas cidades visitadas e hospedagem antes ou após o cruzeiro.

De 25 de outubro a 7 de maio, Costa Diadema, Costa Fascinosa, Costa Favolosa, MSC Armonia, MSC Grandiosa, MSC Lirica, MSC Musica, MSC Preziosa e MSC Seaview formam o grupo de nove navios que partirão dos portos de Itajaí (SC), Maceió, Rio de Janeiro, Salvador, Santos (SP), além do estreante Porto de Paranaguá (PR), e percorrerão por

212 roteiros, com 763 escalas.

No total, serão 19 destinos: Angra dos Reis, Balneário Camboriú, Búzios, Cabo Frio, Fortaleza, Ilha Grande, Ilhabela, Ilhéus, Porto Belo, Recife, incluindo Buenos Aires, Montevideu, Punta del Este e os portos de embarque e desembarque, além da possibilidade de escalas-teste em Penha e em São Francisco do Sul, e do trabalho um pouco mais de longo prazo para viabilizar outras cidades, como Vitória.

Segundo a Clia Brasil, a temporada 2023/2024 também reforça o retorno do Brasil como rota de importantes companhias marítimas internacionais, com 35

navios de longo curso, que farão paradas em 45 destinos localizados em 15 estados brasileiros, como Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Rio Grande do Sul.

“Depois de 2022/2023 se consolidar como a maior dos últimos dez anos, a temporada 2023/2024 com certeza será outro recorde, que irá manter a indústria de cruzeiros em um caminho ascendente, até superarmos os 805 mil cruzeiristas de 2011/2012.. Na temporada passada, tivemos 802 mil cruzeiristas”, disse o presidente da Clia Brasil, Marco Ferraz. (Agencia Brasil)

Setor industrial é determinante para o crescimento do PIB do Paraná, afirma o governador

O governador Carlos Massa Ratinho Junior participou na segunda-feira (23) da posse do novo presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Vasconcelos. Na solenidade, que aconteceu no Centro de Eventos da Fiep, em Curitiba, ele exaltou o papel relevante que as indústrias paranaenses e a entidade cumprem para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, cujo Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 8,6% nos seis primeiros meses deste ano.

“A Fiep tem um papel impor-

tantíssimo no desenvolvimento da economia do Paraná. O PIB cresceu mais do que o dobro da média nacional no primeiro semestre”, afirmou Ratinho Junior. “Temos uma parceria muito grande, sobretudo para a qualificação da mão de obra, aumentando a empregabilidade dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, para que estejam aptos a entrar na indústria que vem crescendo e se modernizando cada vez mais”, acrescentou.

O governador também destacou a gestão anterior, de Carlos Valter Martins, pelo trabalho con-

junto desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos e reafirmou o compromisso de continuar atuando em consonância com o setor produtivo. “Esperamos a continuidade dessa boa parceria com o presidente Edson Vasconcelos”, declarou.

Ratinho Junior lembrou, ainda, que o Estado se destaca em segmentos como o da celulose, em que é o maior do País, o polo automotivo, que ocupa a vice-liderança nacional, além da agroindústria, que apenas em 2022 faturou mais de R\$ 200 bilhões. “A ideia é continuar trabalhan-

do junto com a iniciativa privada, com diálogo aberto através das entidades, para poder ampliar o crescimento do Paraná e gerar mais emprego para a nossa gente”, concluiu o chefe do Executivo.

Em agosto, mês mais recente analisado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria paranaense registrou um crescimento de 3,5% em relação a julho, um dos maiores aumentos do País, e bem acima do crescimento do Brasil que variou 0,4% no mesmo período. (AENPR)

Arrecadação cai pela 4ª vez e chega a R\$ 174,31 bilhões em setembro

A arrecadação total das Receitas Federais fechou o mês de setembro em R\$ 174,31 bilhões, informou na terça-feira (24) a Secretaria da Receita Federal. O valor representa queda de 0,34% em relação a setembro de 2022, descontada a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No período acumulado de janeiro a setembro, a arrecadação alcançou o valor de pouco mais de R\$ 1,6 trilhão. Segundo o Ministério da Fazenda, o valor apresentou acréscimo de 0,64%, descontada a inflação do período.

Em relação às Receitas Administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado em setembro foi de R\$ 168 bilhões, representando um acréscimo real de 0,19%. No período acumulado de janeiro a dezembro, a arrecadação alcançou R\$ 2,09 trilhões, registrando acréscimo real (IPCA) de 6,64%.

Causas da queda

De acordo com o Ministério da Fazenda, o resultado da arrecadação pode ser explicado, principalmente, por alterações na legislação tributária e por pagamentos atípicos, especialmente do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). A pasta disse ainda que, descontados os fatores, o crescimento real seria de 3,49% na arrecadação do período acumulado e um acréscimo real de 0,31% na arrecadação ao mês de setembro.

A Fazenda informou que, em relação ao PIS/Pasep e Cofins, a arrecadação conjunta foi de R\$ 36,78 bilhões, representando crescimento real de 7,71%.

O desempenho foi explicado pela combinação do aumento real de 3,60% no volume de vendas e de 0,90% no volume de serviços, entre agosto de 2023 e agosto de 2022, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da modificação da tributação ao incidente sobre o diesel, gasolina e álcool.

Já o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) de resi-

dentes no exterior apresentou uma arrecadação de R\$ 4,93 bilhões, resultando em um crescimento real de 32,96%.

“O resultado deveu-se aos acréscimos nominais de 81,11% na arrecadação do item Juros e Comissões em Geral, de 231,25% na arrecadação do item Juros sobre Capital Próprio, e de 22,48% na arrecadação do item Royalties e Assistência Técnica, informou a Fazenda.

Receita Previdenciária

A Receita Previdenciária apresentou arrecadação de R\$ 49 bilhões, com crescimento real de 1,97%. O desempenho pode ser explicado pelo crescimento real de 8,30% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 32% nas compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18.

As outras receitas administradas pela Receita Federal apresentaram arrecadação de R\$ 3,15 bilhões, com acréscimo real de 14,25%. O resultado decorreu, principalmente, do aumento nominal de 53,64% na arrecadação da Code-Remessas ao Exterior e pela arrecadação do programa de redução de litigiosidade (+321 milhões).

Ainda segundo o ministério, o IRRF sobre rendimentos do trabalho apresentou arrecadação de 142,5 bilhões, representando crescimento real de 5,37%. O resultado está relacionado aos acréscimos reais na arrecadação dos itens Rendimentos do Trabalho Assalariado (+6,56%) e Participação nos Lucros ou Resultados – PLR (+21,12%), combinados com o decréscimo no item Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público (-6,27%).

A Fazenda também informou que a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de R\$ 437,23 bilhões, com crescimento real de 5,67%.

“Esse desempenho foi explicado pelo crescimento real de 8,76% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 36% nas compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18”, disse o ministério. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE USUCAPIAÇÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA USUCAPIAÇÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 512.430, em 17 de janeiro de 2023, e autuado o requerimento feito por **MARIA IRACY DOVTARTAS, brasileira, viúva, aposentada, RG nº 14.451.022-4-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 220.604.208-81, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Caraiabas nº 1018, apto. 93, Perdizes; ROBERTA DOVTARTAS LANDUCCI, brasileira, publicitária, RG nº 19.273.414-3-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 176.454.058-13, com a concordância de seu marido MAURO EDUARDO LANDUCCI, brasileiro, engenheiro, RG nº 10.240.649-2-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 099.746.388-01, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei nº 6515/77, residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua Coronel Melo de Oliveira nº 226, apto. 192, Perdizes; CLAUDIA DOVTARTAS, brasileira, solteira, maior, publicitária, RG nº 19.273.432-5-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 276.431.178-88, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Wanderley nº 526, apto. 51, Perdizes; e, FABIANA DOVTARTAS, brasileira, solteira, maior, bacharel em turismo, RG nº 19.273.434-9-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 294.030.318-59, residente e domiciliada nesta Capital, na Alameda Lorena nº 2039, apto. 1101, Jardim Paulista, objetivando a **USUCAPIAÇÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA** da LOJA nº 07, localizada no andar térreo do EDIFÍCIO ITAPEVI, situado na Avenida General Olímpio da Silveira nº 161, no 11º Subdistrito – Santa Cecília, objeto da transcrição nº 75.418, neste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 425 a 434 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, “V”, que diz: “a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anulação ao pedido de reconhecimento extrajudicial extraordinária da usucapião”; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz: “os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado”, ficam eles por este Edital INTIMADOS da existência do referido processo, franqueando-lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIAÇÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. São Paulo, 09 de outubro de 2023. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva). 25/10 e 09/11/23**

Lembre sempre de lavar as mãos

Reputação da ONU depende de ação sobre guerra, diz Mauro Vieira

PGR recebe relatório final da CPMI do 8 de janeiro

A Procuradoria-Geral da República (PGR) recebeu na terça-feira (24) o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro.

O documento foi entregue à procuradora-geral da República interina, Elizete Ramos, pela senadora Eliziane Gama e outros integrantes da CPMI. Na semana passada, o relatório marcou fim dos trabalhos da comissão e indicou 61 pessoas, entre elas, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O subprocurador Carlos Frederico Santos foi designado para analisar o relatório e propor eventuais investigações contra os citados do documento final. Santos atua na investigação dos atos e foi responsável por denunciar cerca

de 1,4 mil acusados.

O material contém 1,3 mil páginas e 7 terabytes de arquivos digitais, incluindo imagens, vídeos e diversos documentos que embasaram os indiciamentos.

Eliziane Gama e os deputados federais Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Rogério Correia (PT-MG), além do senador Raulo de Rodrigues (Rede-AP), também entregaram o relatório da CPMI ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator dos processos que tratam do 8 de janeiro.

Os parlamentares também vão entregar cópias do relatório à Controladoria-Geral da União (CGU), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Polícia Federal. (Agência Brasil)

Violência no Rio fecha mais de 30 escolas

Os ataques ao transporte público do Rio de Janeiro, realizados por milicianos na tarde e noite de segunda-feira (23), deixaram mais de 13 mil alunos sem aulas entre a noite de segunda e a manhã da terça-feira (24).

Segundo a Secretaria de Estado de Educação, 12 unidades suspenderam as aulas noturnas nas áreas afetadas pelos ataques, afetando cerca de 2,9 mil alunos.

Na terça-feira, nenhuma escola estadual foi fechada, segundo a secretaria, mas há baixa adesão de alunos. A pasta afirma que a direção das unidades escolares possui autonomia para tomar as providências necessárias visando preservar a integridade física dos alunos, professores e funcionários.

Na rede municipal, chega a 24 o número de unidades escolares que não abriram nesta terça-feira. Apesar disso, há atendimento remoto, segundo a Secretaria Municipal de Educação do Rio. O número de alunos afetados pela suspensão das aulas presenciais é de aproximadamente 10,5 mil.

Criminosos atearam fogo em 35 ônibus e até na cabine de um trem da Supervia entre a tarde e a noite de segunda-feira, após uma operação policial ter resultado na morte de uma das lideranças da milícia que atua na zona oeste do Rio.

A onda de crimes também afetou as universidades públicas federais e estaduais localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente

Conheça seus Direitos

Dia do Médico

Nicholas Maciel Merlone

No dia 18 de outubro se comemora o dia do médico. O direito à saúde é um direito humano fundamental social que deve ser protegido e efetivado na realidade concreta. É previsto em legislações internacionais, como a Constituição da OMS (Organização Mundial da Saúde), bem como em nossa Constituição Pátria, basicamente nos artigos 6 (direito social) e 196 (direito de todos e dever do Estado). Além disso, há normas jurídicas infraconstitucionais, isto é, hierarquicamente inferiores à Constituição, que objetivam tutelar o direito à saúde. Nesse panorama, os médicos desempenham papel fundamental na vida em sociedade.

É sabido que os médicos de linha de frente na Saúde Pública enfrentam muitos desafios. Afinal, faltam equipamentos médico-hospitalares, medicamentos e infraestrutura necessária ao adequado atendimento aos pacientes.

Os médicos, na realidade, não devem apenas se limitar a analisar os exames médicos nas consultas, e fazer o uso de equipamentos tecnológicos. É importante que examinem o paciente fisicamente, tocando o corpo, fazendo perguntas e avaliando sua condição.

A saúde não deve ser vista, simplesmente, como um negócio. É preciso não esquecer sua função social e humana, sem no entanto ignorar o mercado. Afinal, trata-se de seres humanos, que possuem o direito à vida e à dignidade da pessoa humana.

Os médicos devem ter empatia, escuta ativa, sensibilidade, humanismo e exercerem como verdadeiros sacerdotes a sua nobre profissão.

Por outro lado, é imprescindível investimentos no setor da saúde. Tanto na remuneração e qualificação dos profissionais da saúde, como em equipamentos tecnológicos, medicamentos e infraestrutura necessária, como dito.

Finalmente, tais profissionais, como mencionado, merecem ser lembrados e ter seu dia de comemoração, porém recordando que atuam com bravura em todos os dias do ano. São, por fim, profissionais indispensáveis à sociedade e a todas as pessoas!

Nicholas Maciel Merlone - | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.
Instagram: @nicholasmmmerlone /
Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Informações falsas como a de que vacinas causam doenças como câncer, aids ou diabetes ou de que a que imuniza contra covid-19 pode provocar modificações na corrente sanguínea ou no DNA estão entre as narrativas mais frequentes em fake news sobre vacinas detectadas pelo Ministério da Saúde entre julho e setembro deste ano. Para combater as fake news e responder de maneira preventiva aos efeitos negativos das redes de disseminação de desinformação, o governo federal lançou na terça-feira (24) a iniciativa interministerial Saúde com Ciência

A proposta faz parte da estratégia para recuperar as altas coberturas vacinais do Brasil diante de um cenário de retrocesso, principalmente nos últimos dois anos, quando foram registrados os piores índices. A estratégia interministerial é coordenada pelo Ministério da Saúde e pela Secretária de Comunicação Social da Presidência da República, com parceria dos ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Ciência e Tecnologia e Inovação e da Con-



Foto: Antônio Cruz/ABR

troladoria-Geral da União (CGU) e Advocacia-Geral da União (AGU). O governo vai fazer parcerias, sem ônus, com as plataformas de redes sociais TikTok, Kwai, YouTube e Google, que irão divulgar conteúdos de serviço e direcionar os usuários para páginas do Ministério da Saúde quando eles realizarem buscas de palavras relacionadas ao tema. Também será criado um chatbot tiradúvidas no WhatsApp, em parceria com a Robbu e a Meta.

Para o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presi-

dência, Paulo Pimenta, a iniciativa lançada hoje é um exemplo de organização do governo com a sociedade civil. “O Brasil, até pouco tempo atrás, era reconhecido internacionalmente por um presidente que fazia questão de dizer que não tinha se vacinado. E hoje volta a ter um protagonismo e respeito internacional.”

O Saúde com Ciência é composto por cinco pilares, que envolvem cooperação, comunicação estratégica, capacitação, análises e responsabilização. O programa prevê ações como campanhas di-

recionadas, criação de canais de comunicação, acordos com veículos de comunicação e parcerias com plataformas digitais.

No lançamento do programa, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, destacou que não adianta o avanço científico e tecnológico, nem a capacidade de produção de imunizantes se a população não se vacinar. “Sabemos que a desinformação está em todas as áreas, mas, quando se trata de saúde e vacina, isso nos afeta de maneira drástica e coloca em risco a saúde da nossa população”, disse Nísia, lembrando que doenças como sarampo e poliomielite, que já foram erradicadas do país, voltam a ameaçar as crianças brasileiras.

Também foi lançado o Portal Saúde Com Ciência para facilitar o acesso a informações confiáveis sobre vacinação e as fake news que circulam na internet. Alertas e análises sobre desinformações identificadas também serão divulgadas nas redes sociais do governo e em plataformas de mensagens como WhatsApp. (Agência Brasil)

Comissão do Senado aprova projeto que prorroga desoneração da folha

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira (24), em caráter de urgência, o Projeto de Lei (PL) 334/23, que prorroga por quatro anos a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia.

No texto aprovado, o relator Angelo Coronel (PSD-BA) rejeitou as alterações feitas pela Câmara dos Deputados – estratégia adotada para evitar o pedido de vista apresentado pelo líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA).

A proposta reduz a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento de 20% para 8% em cerca de 3 mil municípios do país. Na versão

alterada pela Câmara, a desoneração da folha substituiria a contribuição previdenciária patronal, de 20% sobre a folha de salários, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Inicialmente, o relator havia optado por acatar as mudanças promovidas pela Câmara. No entanto, após pedido de vista do líder do governo, o relator voltou atrás e resolveu apresentar o texto original, do Senado.

A estratégia foi adotada porque, pelo regimento interno, só seria possível pedido de vista caso o relator apresentasse o texto com as alterações feitas pela outra casa.

Os 17 setores beneficiados são os de calçados, call center,

comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação (TI), tecnologia de comunicação (TIC), projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

A expectativa do legislador ao desonerar tais setores é a de que, com a medida, estes ampliem a contratação de pessoal.

Um artigo publicado em setembro pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) alertou que os 17 setores benefi-

ciados com a desoneração de contribuições previdenciárias da folha de pagamento não são os que mais empregam e não figuram entre os campeões de criação de trabalho com carteira assinada nos últimos 10 anos.

A política de desoneração foi criada em 2011 como forma de cobrar menos imposto de empresas de setores específicos, tidos como maiores empregadores. Em vez de pagar 20% de Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relativo aos funcionários com carteira assinada, as empresas beneficiadas puderam optar pelo pagamento das contribuições sociais sobre a receita bruta com alíquotas de 1% a 4,5%. (Agência Brasil)

Lei de SP estabelece novas regras para gestão de resíduos sólidos gerados em eventos

A gestão dos resíduos sólidos conta agora com novas diretrizes. A lei 17.806/2023, sancionada pelo governador Tarcísio de Freitas, tem efeito imediato e estabelece novas regras para o descarte do que é gerado em eventos públicos, privados ou público-privados, realizados em todo o estado, com benefícios ambientais, sociais e econômicos.

A lei determina que o gerenciamento de toda a cadeia – coleta, transbordo, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada – para shows, festivais musicais, festas regionais, campeonatos esportivos, congressos, feiras e afins, é de responsabilidade de organizadores, fornecedores e estabele-

cimentos. Além disso, estabelece que o processo deverá ser conduzido preferencialmente por cooperativas de catadores de material reciclável, o que amplia a cadeia econômica e abre espaço para a expansão desse tipo de serviço.

“Esses eventos, em geral, são grandes geradores de material reciclável, e a inclusão das cooperativas agrega um importante componente de sustentabilidade, porque elas sabem qual é a destinação adequada aos materiais”, avalia Evaldo Azevedo, coordenador de Resíduos Sólidos da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil).

A medida tem também caráter educacional ao atribuir aos orga-

nizadores, estabelecimentos e fornecedores a obrigatoriedade de informar e orientar os participantes sobre o descarte correto, em conjunto com as estratégias de divulgação do evento.

Plataforma

O Governo de SP conta com uma plataforma da Semil que contribui para subsidiar os municípios no planejamento da gestão de resíduos sólidos (coleta de lixo) e na gestão estadual na formulação de políticas públicas de apoio e otimização.

A participação de cada prefeitura é etapa obrigatória para a cidade ter acesso à fração de resíduos sólidos do ICMS Ambiental, o que é um importante in-

centivo para os municípios que desenvolvem ações de preservação ambiental, já que uma parcela do imposto retorna ao município. A inscrição é anual e feita por meio de formulário que permite o cálculo anual do Índice de Gestão de Resíduos (IGR) e do Índice de Resíduos Sólidos (IRS), que dá acesso ao benefício do ICMS Ambiental.

As estratégias vigentes e indicadas na nova lei complementam as Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, que definem requisitos e a obrigatoriedade de apresentação de plano de gerenciamento por parte dos organizadores dos eventos, já incluída a participação da cooperativa de catadores.

Lembre sempre de lavar as mãos



SHOPPING METROPOLITANO BARRA S.A.

CNPJ nº 13.980.041/0001-71 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º Andar - CEP 04538-132 - São Paulo/SP - Telefone: (11) 3017-7600

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas, o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição de V. Sas, para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários. **A Administração.**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)			
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.706	13.391
Contas a receber	5	10.093	9.764
Demas contas a receber	7	4.251	7.030
Total do ativo circulante		29.050	30.185
Não Circulante			
Contas a receber	5	2.263	5.575
Mútuos a receber	8	1.311	1.400
Impostos a compensar		141	70
Demas contas a receber	7	3.500	5.109
Propriedades para investimento	6	456.778	464.617
Imobilizado		96	115
Intangíveis		-	11
Total do ativo não circulante		464.089	476.897
Total do Ativo		493.139	507.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)			
	Capital	Reserva	
	Legal	de Lucros	
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	183	3.158	-
Aumento de capital	14 a.	1.200	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	14.d	-	12.920
Reserva Legal	14.d	-	(646)
Reserva de Lucros	14.c	-	9.206
Dividendos mínimos obrigatórios	14.d	-	(3.068)
Dividendos antecipados (2019)	14.d	-	(6.552)
Dividendos distribuídos (2020)	14.d	-	(1.720)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	45.096	453.515	-
Redução de capital	14 a.	(17.000)	-
Lucro do exercício	14.d	-	9.812
Reserva legal	14.d	-	490
Reserva de lucros	14.c	-	9.322
Dividendos Distribuídos	14.d	-	(12.732)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	28.096	453.515	1.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Fimado em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional: O Shopping Metropolitano Barra S.A. ("Companhia") foi constituída em 27 de maio de 2011 pela Cavallini Hosken S.A., sob o nome de O24 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e foi transformado em sociedade anônima de capital fechado em 2013, tendo a sede da matriz localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e da filial localizada na Avenida N-S PAA 10.292/PAL 38.883, na cidade do Rio de Janeiro. Em 5 de abril de 2013, foi aprovada em Assembleia a entrada de uma nova sócia, Magnólia Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Magnólia"), que passou a deter 80% da Companhia e os 20% restantes permaneceram com o Cavallini Hosken. O Shopping Metropolitano Barra S.A. possui como atividade preponderante o desenvolvimento e a locação de lojas e outros espaços de centros comerciais. A Syn Pro e Tech S.A. é a Companhia responsável pela gestão das operações da Companhia, assumindo determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada para a sua gestão. Em 31 de dezembro de 2022, não houve pagamentos referente a remuneração da Administração.

2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 ou os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a base contábil de demonstrações operacional, ou seja, que a Companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível. A Administração efetuou avaliação quanto à capacidade da Companhia em manter sua continuidade operacional, e não identificou nenhuma incerteza significativa sobre o assunto.

2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Principais práticas contábeis (com relação às normas às normas do CPC): 2.3.1. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: **a) Vida útil das propriedades para investimentos:** As estimativas de nossos ativos mantidos em propriedades para investimentos, são baseados em laudos técnicos, onde, estão fundamentadas a vida útil do bem. **b) Provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas:** As estimativas de provê, possível e exato, são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos a interpretação de cada jurisdição, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados. **c) Perdas relacionadas a contas a receber:** A Companhia adota como política de perda para crédito de liquidação duvidosa, o provisionamento dos contratos de locação, com saldos vencidos acima de 360 dias, considerando a totalidade do contrato a receber em aberto do locatário, ou seja, saldos vencidos e a vencer. Para o contrato a receber dos demais locatários que não possuem saldos vencidos acima de 360 dias, a Companhia adota como política de perda para crédito de liquidação duvidosa, o provisionamento de acordo com o percentual de perdas esperadas, levando em consideração uma análise individual e histórica do Shopping, este percentual foi avaliado considerando também as considerações econômicas, financeiras e políticas atenuantes. **d) Instrumentos financeiros:** Nos instrumentos financeiros estão sujeitos principalmente a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, a qual, é influenciada pela taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia, regulamentada pelo Banco Central do Brasil. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são acrescidos de custos de transação diretamente atribuíveis, veja a classificação de cada instrumento na nota explicativa nº 20. **e) Divulgação do valor justo das propriedades para investimento:** Utilizamos como método renda fluxo descontado para definir o valor justo da propriedade para investimento, detalhado na nota explicativa nº 6. **f) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas de divulgação contábeis da Companhia requer o uso do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). **2.3.2. Apreciação e apropriação do resultado de locação de imóveis.** As receitas de locação do shopping contêm saldos reconhecidos de acordo com a seguinte metodologia: **2.3.3. Contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa.** Incluem os aluguéis a receber, bem como as taxas de administração e de cessão de direitos de uso dos lojistas das Shoppings Centers, além dos valores correspondentes a venda de unidades imobiliárias. Foi constituída provisão, de acordo com a prática descrita no item 2.3.1. c, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir prováveis perdas), com registro ao resultado do exercício. **2.3.5. Propriedades para investimento.** São as propriedades em que se espera beneficiar o investimento contínuo e permanente, representado pelos imóveis destinados a renda e são demonstrados pelo custo de aquisição, reduzido pela depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 6. As taxas de depreciação levam em consideração os prazos de vida útil econômica dos ativos, os quais são revisados anualmente. Adicionalmente é apurado o valor justo das propriedades para investimento com base nas condições de mercado, para fins de apuração de perdas ao valor recuperável destes ativos e divulgação, conforme apresentado na respectiva nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2022 a vida útil do ativo é de 52 anos. **2.3.6. Imobilizado.** Composto por bens tangíveis, destinados para fins administrativos e registrados ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada a estes ativos. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais, que levam em consideração o prazo de vida útil econômica dos ativos. **2.3.7. Intangíveis.** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos a amortização acumulada e por perdas ao valor recuperável quando do houver. **2.3.8. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment").** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é registrada uma provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrente de redução ao valor recuperável dos ativos. **2.3.9. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos serão utilizados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.3.10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.** O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R\$240). A contribuição social pela alíquota de 9%. Conforme facultado pela legislação tributária, Companhia cujo faturamento anual do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$78, podem optar pelo regime de lucro presumido, caso da Companhia em questão. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social para as receitas brutas de locação é calculada à razão de 32% e para as receitas com vendas de imóveis as bases são 8% e 12% respectivamente (100% para ambos os tributos quando a receita for proveniente dos ganhos financeiros), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados as alíquotas pelas quais as diferenças temporárias serão efetivamente tributadas, de acordo com a legislação fiscal. **2.3.11. Provisões:** Para provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas, apenas quando o reembolso for praticamente certo. **2.3.12. Instrumentos financeiros e derivativos:** **a) Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a exercícios anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Sem definição
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de Única Transação	01/01/2023

A Companhia não espera nenhum impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Referem-se a caixa, saldos bancários e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações comprometidas listadas em debêntures, que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do CDI (variam em 100% em 31 de dezembro de 2022 e de 2021) e para as quais não existem penalidades ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, além do direito de exigir a qualquer tempo o montante. O saldo de caixa e equivalentes de caixa enquadram-se na categoria de valor justo por meio do resultado - VJR.

31/12/2022	31/12/2021
6	1
14.700	13.390
14.706	13.391

31/12/2022	31/12/2021
16.007	15.848
5.306	9.210
21.313	25.058
19.557	18.719
12.356	15.339
10.093	9.764
2.263	5.575
(a) A Companhia adota a perda esperada como política de perda para crédito de liquidação duvidosa. O contrato a receber dos locatários com saldos vencidos acima de 360 dias são provisionados em sua totalidade (100%), ou seja, saldos vencidos e a vencer. Para o contrato a receber dos demais locatários que não possuem saldos vencidos acima de 360 dias, a Companhia adota como política de perda para crédito de liquidação duvidosa, o provisionamento de acordo com o percentual de perdas esperadas, levando em consideração uma análise individual e histórica para cada Shopping, este percentual foi avaliado considerando também as considerações econômicas, financeiras e políticas atuais e futuras que poderiam corrigir a taxa de perda histórica, conforme demonstrado a seguir:	

Percentual de perda histórica aplicada ao contrato a receber em aberto e a vencer abaixo de 360 dias.			
Shopping			
Shopping Metropolitano Barra			2,16%
Vencido até 30 dias			89
Vencido até 60 dias			55
Vencido até 90 dias			43
Vencido até 180 dias			42
Vencido até 360 dias			2.823
Vencidos a mais de 360 dias			8.983
Total			21.913

31/12/2022	31/12/2021
9.878	3.761
1.113	834
341	310
147	67
485	603
177	-
2.263	5.575

6. Propriedades para Investimento: As propriedades para investimento são registradas inicialmente ao valor de custo e posteriormente depreciadas e consistem em imóveis que são alugados pela Companhia. São em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não assim representados:

Descrição	% Depreciação	Saldo 31/12/2021	Adições	Depreciações 31/12/2022	Saldo 31/12/2022
Edifícios	1,92%	457.794	-	(8.638)	449.156
Terrenos	-	5.699	-	-	5.699
Benefícios	1,87%	1.124	835	(36)	1.923
Total		464.617	835	(8.674)	456.778

Descrição	% Depreciação	Saldo 31/12/2020	Adições	Depreciações 31/12/2021	Saldo 31/12/2021
Edifícios	1,92%	466.432	-	(8.638)	457.794
Terrenos	-	5.699	-	-	5.699
Benefícios	1,16%	623	514	(13)	1.124
Total		472.754	514	(8.651)	464.617

A Companhia optou pelo registro a valor de custo reduzido pela depreciação das propriedades para investimentos. Abaixo demonstramos o comparativo entre o valor de custo e o valor justo das propriedades para investimento.

Propriedades	Valor Justo em 31/12/2022	Valor Contábil em 31/12/2022	Mais valia bruta não registrada
Shopping Metropolitano	713.605	456.778	256.827

A avaliação para o Shopping Metropolitano foi refeita internamente em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 por conta dos efeitos da pandemia COVID-19 e, dependendo das características do imóvel e do mercado utilizado-se o método abstrato para a determinação de valor de mercado. **Método de renda - fluxo de caixa descontado:** por essa metodologia, projeta-se a receita de aluguel atual, com base nos contratos de locação vigentes, por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação. **A** mensuração do valor justo deste ativo foi classificada como Nível 3 com base nos "inputs" utilizados.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

relevantes quanto, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de detecção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de demonstrações operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida	15	30.528	33.988
Custos	16	(15.120)	(16.488)
Lucro Bruto		15.408	17.500
Recargas (Despesas) Operacionais			
Comerciais	16	(2.244)	(2.515)
Gerais e administrativas	16	(946)	(556)
Outras receitas operacionais, líquidas		139	1.468
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	12.377	15.897	
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	17	1.362	1.172
Despesas financeiras	17	(40)	(75)
Lucro antes do Imposto de Renda e de Contribuição Social		13.699	16.994
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	18	(3.887)	(4.074)
Lucro Líquido do Exercício		9.812	12.920
Lucro básico e diluído por ação - R\$	19	0,0035	0,0046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro Líquido do Exercício	9.812	12.920	
Resultado Abrangente Total do Exercício	9.812	12.920	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

• Para nossa avaliação deste ativo, nós utilizamos como premissas as seguintes taxas:			
Indicadores	Média Ponderada 2022		
Crescimento da Receita	5,29%		
Inadimplência	1,88%		
Desconto médio sobre aluguel	-12,76%		
Vacância financeira	4,02%		
Taxa de desconto	9,00%		

• **Descontos** - Como premissa para o shopping Metropolitano Barra a taxa de desconto real.

• Descrição

31/12/2022	31/12/2021
4.243	5.540
1.109	1.417
2.399	5.182
7.751	12.139
4.251	7.030
3.500	5.109

• Demais Contas a Receber: Representado por:

31/12/2022	31/12/2021
2	4
10	20
27	53
10	20
49	97

Total dos Imostos Diferidos

11. Partes Relacionadas: O saldo de Partes Relacionadas refere-se à Redução de Capital de liberada em ATA de AGO, realizada em 20 de outubro de 2022, a ser realizada após decorrido o prazo legal de 60 dias após a deliberação, no montante de R\$7.000.

12. Res Sperata (Cessão de Direito de Uso) a Apropriar: O saldo de res-perata a apropriar refere-se à cessão de direito de utilização do espaço imobiliário devolvido pelos lojistas a partir da assinatura do contrato de locação dos pontos comerciais. Esses valores são faturados de acordo com o prazo previsto em contrato, em média em até 36 meses, e são reconhecidos de forma linear no resultado obedecendo ao prazo do aluguel, que normalmente são 60 meses, a partir do momento em que o shopping entra em operação. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 este saldo é de R\$296 e R\$568, respectivamente.

13. Provisões para Riscos: A Companhia em 31 de dezembro de 2022 apresenta provisões de natureza civil, no total de R\$416, com base na análise de riscos realizada pela administração e assessores jurídicos (R\$173 em 31 de dezembro de 2021). Os processos julgados com probabilidade de perda possível todos de natureza civil e trabalhista, somam o montante de R\$4.271 em 31 de dezembro de 2022 (R\$4.271 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo segregação dos saldos por natureza:

31/12/2022	31/12/2021
416	173
416	173

31/12/2022	31/12/2021
7	472
10	726
27	53
10	20
3.728	4.798

14. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social do titular subscrito e integralizado em moeda corrente pela Companhia é de R\$28.096 (R\$45.096 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 2.255.351.004 (dois bilhões, duzentos e cinquenta e cinco milhões, trezentas e cinquenta e uma mil e quatrocentas e três unidades e cinquenta e seis mil, trezentas e cinquenta e sete mil, setecentas e cinquenta e uma) ações ordinárias classe B, todas nominativas e sem valor nominal. Em 30 de abril de 2022, após decorrido o prazo legal estabelecido no Art.74 da Lei nº 6.404/76, a Companhia, através de ata da Assembleia Geral Extraordinária, reduziu o capital social em R\$17.000. **b) Reserva de capital:** A reserva de capital é representado por ação na subscrição de ações, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o saldo é R\$453.515. **c) Reserva de Lucros:** Nesta conta são registrados os resultados acumulados desde o início das atividades, totalizando R\$582 em 31 de dezembro de 2022 (R\$4.092 em 31 de dezembro de 2021). **d) Destinação do lucro líquido do exercício:** O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e conforme previsão estatutária, terá a seguinte destinação: 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. 25% do saldo, após a apropriação para reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas. O saldo, após a apropriação da reserva legal e destinação para dividendos, será destinado para reserva de lucros, mediante orçamento de capital. Os acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 2º da Lei nº 6.404/76. No decorrer do exercício de 2022 foram distribuídos aos acionistas o total de R\$12.801 a título de dividendos antecipados aos lucros do exercício. Abaixo segue as datas das distribuições ocorridas no exercício:

Data da distribuição aos Sócios Quotistas	Valor
23/04/2022	6.000
19/05/2022	1.000
27/06/2022	1.100
22/07/2022	1.200
28/10/2022	2.500
21/12/2022	1.001
Total	12.801
Reserva de Lucros 2021	4.



VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
(nova denominação da Isec Securitizadora S.A.)
CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGROGÊNEO DA SÉRIE ÚNICA DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agroagêneo da Série Única da 12ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.)**, com sede na Rua Tabapuá nº 1.123, 21º andar, q. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Titulares do CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **COMMORCO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA** ("Agente Fiduciária"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em **13 de novembro de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams**, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 14.2 do Termo de Securitização de Recebíveis do Agroagêneo da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: a) Aprovar a alteração do Plano e Data de Vencimento das Debêntures e, consequentemente, dos CRA, conforme previsto nas cláusulas 4.5 de *Instrumento Particular de Escritura de 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Série Única, de Imóveis Privada, da T88 Gestão de Restaurantes S.A* ("Escritura de Emissão de Debêntures"), e 5.1, item "(iv)" do Termo de Securitização, de 11 de março de 2024 e 13 de março de 2024 e 11 de agosto de 2025 e 14 de agosto de 2025, respectivamente; de modo que, em decorrência da alteração, o Cronograma de Pagamentos das Debêntures, Cronograma de Pagamentos da Remuneração dos CRA e Cronograma de Pagamentos da Amortização dos CRA, constantes, respectivamente, nos anexos III da Escritura de Emissão de Debêntures e anexos X e XI do Termo de Securitização, passarão a vigor na forma dos Anexos II, III e IV do Material de Apoio; b) Caso aprovado o item (a), aprovar, excepcionalmente, o não pagamento do Prêmio de 2% (dois por cento) sobre o valor total a ser pago sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures ("Prêmio Amortização Extraordinária Facultativa" e "Amortização Extraordinária Facultativa", respectivamente), prevista na cláusula 8.2.1 do Termo de Securitização, que ocorrerá em 10 de novembro de 2023 e 13 de novembro de 2023, podendo tal prazo ser prorrogado até a próxima Data de Pagamento, cuja Comunicação deverá observar o procedimento previsto na cláusula 4.12.2.2 da Escritura de Emissão de Debêntures; c) Aprovar a alteração da cláusula 10.2 do Termo de Securitização, a fim de alterar o prazo estipulado para recomposição do valor mínimo Fundo de Reserva, de 03 (três) Dias Úteis, para até 10 (dez) Dias Úteis; d) Caso aprovado o item anterior da ordem do dia, aprovar a criação de um Comitê, formado pelos Titulares dos CRA, Emissora e Agente Fiduciário, que poderão solicitar, mediante formalização, por escrito, dos Titulares dos CRA, sobre o prazo de início da retenção, pelo Banco Depositário, dos recursos oriundos dos Recebíveis constantes na Conta Vinculada, nos termos da Cláusula 4.3 do Contrato de Cessão Fiduciária, observado o prazo limite de 10 (dez) Dias Úteis, previsto na cláusula 10.2 do Termo de Securitização; sendo certo que, em decorrência da criação do Comitê, será incluído ao Termo de Securitização a cláusula 10.2.1, que passará a vigor nos moldes do Anexo V do Material de Apoio; e) Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o *quorum* de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares do CRA, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos CRA presentes em segunda convocação, conforme cláusula 14.6 do Termo de Securitização, já a deliberação do item (a) será tomada em primeira e segunda convocação por Titulares dos CRA, que representem, no mínimo 2/3 dos CRA em Circulação presentes na Assembleia, conforme cláusula 14.10.1 do Termo de Securitização, já as deliberações dos itens (b), (c), (d) e (e) serão tomadas pelos Titulares de CRA que representem a 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação, em primeira convocação ou 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares de CRA presentes em segunda convocação. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora através Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para fiduciario@commcorco.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRA ("Titular de CRA") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto a distância em sua página eletrônica (<https://virgo.inc>) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na plataforma eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRA ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela IC-Brasil) ou por; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRA ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será assistida e gravada.

São Paulo, 23 de outubro de 2023.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que. **KAMILA DA CUNHA AZEVEDO**, brasileira, solteira, maior, enfermeira e nutricionista. RG nº 491190037-SSP/SP, CPF nº 412.783.278-94, domiciliada nesta Capital, residente na Rua João Batista Fernandes, nº 645, Vila Indústria, fica intimada a purgar a mora referente a 33 (trinta e três) prestações em atraso, vencidas de 24/01/2021 a 24/09/2023, no valor de R\$60.099,71 (sessenta mil, noventa e nove reais e setenta e um centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$61.819,67 (sessenta e um mil, oitocentos e dez e nove reais e sessenta e sete centavos), que atualizado até 02/12/2023, perfaz o valor de R\$80.655,03 (oitenta mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e três centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida dos Ourives, nº 748, apartamento nº 183, localizado no 18º pavimento da Torre A do Condomínio Residencial Plano & Cursino Ourives I, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 32 na matrícula nº 227.479, transportada para Av.1 na matrícula nº 232.413. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiá nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16h, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a fiduciante desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 25 de outubro de 2023. O Oficial.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 35ª (TRIGÉSIMA QUINTA) SÉRIE DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRA ("Titulares dos CRA") da 35ª (trigésima quinta) série da 4ª (quarta) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), do Banco Money Plus SMCPEP LTDA, ("Banco Money Plus SMCPEP LTDA"), nos termos da Cláusula 16.4 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 35ª Série da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização" ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 16 de novembro de 2023, às 15:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRA ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (ii) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Aurora, nº 904, República, CEP 01.209-001, objeto da matrícula nº 4.537 do 5º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP ("Imóvel Empreendimento Imobiliário" e "Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário", respectivamente); (iii) alienação fiduciária dos imóveis localizados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 186 e Avenida Pedroso de Moraes, nº 1.619, Edifício Central Park, Pinheiros, CEP 05.428-000, objeto das matrículas nº 117.652 e 117.653, todas do 10º Oficial de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (iv) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (v) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Aurora, nº 904, República, CEP 01.209-001, objeto da matrícula nº 4.537 do 5º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP ("Imóvel Empreendimento Imobiliário" e "Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário", respectivamente); (vi) a alienação fiduciária dos imóveis localizados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araújo, nº 186 e Avenida Pedroso de Moraes, nº 1.619, Edifício Central Park, Pinheiros, CEP 05.428-000, objeto das matrículas nº 117.652 e 117.653, todas do 10º Oficial de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (vii) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (viii) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (ix) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (x) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xi) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xii) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xiii) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xiv) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xv) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xvi) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xvii) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xviii) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xix) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xx) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xxi) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xxii) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xxiii) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xxiv) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xxv) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xxvi) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xxvii) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xxviii) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xxix) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xxx) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xxxi) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xxxii) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xxxiii) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xxxiv) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xxxv) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xxxvi) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xxxvii) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xxxviii) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xxxix) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xl) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xli) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xlii) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xliii) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xliv) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xlv) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xlvi) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xlvii) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xlviii) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xlvix) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xlv) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xli) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-90 ("ORE Securitizadora"), formalizada nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização CRA III" e "CRI III", respectivamente); (xlii) a alienação fiduciária do imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro João de Uchoa Cintra, lote 13, da quadra 59, Butantã, CEP 05.506-020, objeto da matrícula nº 133.621 do 18º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo/SP ("Alienação Fiduciária de Imóvel Butantã" e quando denominado em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóvel Empreendimento Imobiliário e a Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros, denominada "Alienação Fiduciária de Imóveis Pinheiros", respectivamente); (xliii) a inclusão, no rol das garantias dos CRA I, das seguintes garantias constituídas no contexto da 45ª (quadragésima quinta) série, da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários da ORE Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.320.349/0001-



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornaldiasp.com.br/> leilões-publicidade-legal

Comissão de Segurança da Câmara vai acionar PGR contra Flávio Dino

A Comissão de Segurança Pública vai acionar a Procuradoria-Geral da República (PGR) para que analise as providências cabíveis em relação ao não comparecimento do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, à audiência pública da terça-feira (24).

Esta foi a segunda vez que o ministro deixou de atender a uma convocação da comissão, que o aguardava para que prestasse esclarecimentos sobre as ações da pasta sob seu comando. Conforme lembrou o presidente do colegiado, deputado Sanderson (PL- RS), o comportamento do ministro pode configurar crime de responsabilidade.

“A Constituição Federal é clara. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, suas comissões, têm o poder de convocar ministros de Estado. E estes, não comparecendo, cometem crime de responsabilidade. Se a PGR vai proceder é outro problema”, afirmou o parlamentar ao anunciar a decisão de enviar ofício à PGR.

“Os presidentes, os vice-presidentes das comissões, não têm margem para não fazer isso. Se não comunicarmos o acontecido, estaremos prevaricando. Somos obrigados a encaminhar ao PGR esta notícia de um crime de responsabilidade”, explicou Sanderson, lembrando que, no dia 11, o deputado Paulo Bilinskyj (PL-SP) protocolou uma primeira representação contra Dino junto à PGR.

Bilinskyj acionou a PGR após o ministro faltar à audiência pública que a comissão realizou no dia 10. Na ocasião, o ministro alegou que não poderia atender à convocação dos parlamentares por ter que acompanhar a Operação Bad Vibes, deflagrada no mesmo dia, em 12 unidades da federação, para combater a pornografia infantil.

Os integrantes da comissão, então, aprovaram a nova convocação de Dino . Às 8h11, o ministro enviou um ofício ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). No documento, ele afirma ter sido orientado pelo setor de segurança do próprio ministério a não comparecer à sessão devido ao “elevado risco” de se tornar alvo de “agressões físicas e morais”. A Lira, Dino volta a propor que, em vez de comparecer a mais uma sessão da Comissão de Segurança Pública, seja convocado a participar de uma comissão geral, no Plenário da Câmara.

Para o ministro, parte das manifestações de parlamentares de oposição ao governo federal extrapolam as críticas à sua atuação à frente da pasta, configurando verdadeiras ameaças. “Não são críticas. São agressões, ofensas reiteradas. Lembremos que eu estive lá participando de uma audiência do mesmo colegiado e o presidente da comissão reconheceu que não havia condições de fazer a sessão porque houve inclusive conflitos físicos generalizados, xingamentos”, lembrou o ministro logo após se reunir com a procuradora-geral da República, Elizeta de Paiva Ramos.

Segundo Dino, foi a procuradora quem o convidou para tratar de assuntos relacionados a terras indígenas. Dino e Elizeta se reuniram em Brasília, no mesmo horário em que a audiência pública da comissão parlamentar começava. E segundo o presidente do colegiado, Dino não comunicou à comissão a fim de justificar sua ausência.

“Isso é uma obrigação constitucional. E o ministro Flávio Dino não só não veio, como não justificou. O que, para mim, representa um ataque ao Parlamento brasileiro, uma espécie de um deboche. Tipo dizer “eu me basto porque sou senador”. Ele não é senador. Ele é ministro de Justiça, um funcionário público. Para voltar a ser senador, tem que se exonerar da função de ministro”, criticou Sanderson.

Citado nominalmente no ofício que Flávio Dino endereçou ao presidente da Câmara, o deputado Gilvan da Federal (PL-ES) destacou que o ministro fez “gravíssimas acusações” contra vários parlamentares que integram a comissão, o que pode ensejar mais uma convocação para que ele se explique. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2023
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Página 7

BROMÉLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

CNPJ nº 10.551.324/0001-71 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º Andar - CEP 04538-132 - São Paulo/SP - Telefone: (11) 3018-7600

Relatório de Administração

Senhores acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2022.

Balanço Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)							
		Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021			
ATIVO					PASSIVO		
Circulante					Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
	Caixa e equivalentes de caixa	4	1.013	1.424	Fornecedores	79	99
	Contas a receber	5	804	665	Impostos e contribuições a recolher	147	237
	Demaís contas a receber	6	351	136	Adiantamentos de clientes	112	-
Total do ativo circulante			2.168	2.245	Dividendos a pagar	8.c.	54
Não Circulante					Contas a pagar com partes relacionadas	8.a.	1.500
	Contas a receber	5	1.737	1.423	Total do passivo não circulante		392
	Impostos a compensar		5	39	Não Circulante		1.836
	Demaís contas a receber	6	1.758	2.169	Impostos e contribuições diferidos	13	146
	Propriedades para investimento	7	83.252	84.285	Total do passivo não circulante		146
Total do ativo não circulante			86.752	87.916	Patrimônio Líquido		
					Capital social	8.a.	84.393
					Reserva Legal	8.c.	2.271
					Reserva de lucros	8.b.	1.718
					Total do patrimônio líquido		88.382
Total do Ativo			88.920	90.161	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		88.920
							90.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais - R\$)				
	Nota Explicativa	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2020		90.393	2.126	1.301
Redução de capital	8.a.	(6.000)	-	-
Lucro do exercício	8.a.	-	-	2.581
Reserva legal	8.c.	-	130	(130)
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c.	-	-	(615)
Dividendos adicionais distribuídos	8.c.	-	-	(1.591)
Reserva de lucros	-	-	-	255
Saldo em 31 de dezembro de 2021		84.393	2.256	1.556
Lucro do exercício	8.b.	-	-	231
Reserva legal	8.c.	-	15	(15)
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c.	-	-	(54)
Reserva de lucros	-	-	-	162
Saldo em 31 de dezembro de 2022		84.393	2.271	1.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Bromélia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") foi constituída em 21 de novembro de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e possui como atividades preponderantes o desenvolvimento, a venda e a locação de propriedades comerciais e outros correlatos. A Syn Pro e Tech S.A. ("SYN") é a companhia responsável pela gestão das operações da Companhia, assumindo determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada para a sua gestão.

2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.560/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 22 de setembro de 2023. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. **2.3. Principais práticas contábeis:** 2.3.1. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: **a. Vida útil das propriedades para investimentos:** As estimativas de nossos ativos mantidos em propriedades para investimentos, são baseadas em julgamentos preparados pela Companhia, onde, estão fundamentadas a vida útil do bem. **b. Provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas:** As estimativas de provêvel, possível e remota, são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos a interpretação de cada jurisdição, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados. **c. Perdas relacionadas a contas a receber:** Adotamos como política a provisão para perda quando identificada uma incerteza significativa, usualmente parcelas vencidas acima de 360 dias e um percentual de perda esperada sobre o saldo remanescente do contas a receber. A Companhia faz análise do contas a receber em conjunto com o balanço patrimonial, para definir percentual utilizado para o cálculo da perda esperada do contas a receber. **d. Instrumentos financeiros:** Nossos instrumentos financeiros estão sujeitos principalmente a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, a qual, é influenciada pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, regulamentada pelo Banco Central do Brasil. Os instrumentos financeiros não são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são acrescidos de custos de transação diretamente atribuíveis, veja a classificação de cada instrumento na nota explicativa nº 15. **e. Divulgação do valor justo das propriedades para investimento:** Utilizamos como método renda de fluxo de caixa descontado para definir o valor justo da propriedade para investimento, detalhado na nota explicativa nº 7. **2.3.2 Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). **2.3.3. Apreciação e apropriação do resultado de locação de imóveis:** As receitas de locação de unidades imobiliárias comerciais são reconhecidas de acordo com o regime de competência. Composto as receitas temos a linearização das mesmas, o qual seguimos o pronunciamento técnico CPC 6 - Arrendamentos (R2) para registros das receitas de aluguel e contas a receber. Com base neste método nossas receitas são linearizadas de acordo com os contratos de locações. **2.3.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de manter e compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas como caixa e equivalente de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - VJR". **2.3.5. Contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa:** Incluem aluguéis a receber por locação de imóveis. A linearização da receita consiste em reconhecer a receita de forma linear, devido à diferença entre os períodos de pagamentos e os períodos de cobrança aplicados de acordo com cada contrato. Caso necessário é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise de seus riscos para cobrir prováveis perdas), com registro ao resultado do exercício. **2.3.6. Propriedades para investimento:** São as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado pelos imóveis destinados a renda e são demonstrados pelo custo de aquisição, reduzido pela depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7. As taxas de depreciação levam em consideração os prazos de vida úteis econômicas dos ativos, os quais são revisados anualmente. Em 31 de dezembro de 2022, a vida útil do ativo é de 54 anos. Adicionalmente é apurado o valor justo das propriedades para investimento com base nas condições de mercado, para fins de apuração de perdas ao valor recuperável destes ativos e divulgação, conforme apresentado na respectiva nota explicativa. **2.3.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste do "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é registrada uma provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrente de redução ao valor recuperável dos ativos. **2.3.8. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão utilizados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidas, quando aplicável, das correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos

doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.3.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A Companhia é optante pelo lucro presumido por regime de caixa. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas à razão de 8% e 12% respectivamente, sobre as receitas brutas recebidas de incorporação imobiliária (32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos impostos e contribuição. **2.3.10. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feito. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. **2.3.11. Instrumentos financeiros: a. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia compreende os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, entre outros. A Companhia reconhece os instrumentos financeiros em sua data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **b. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o conta a receber e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado. Os ativos financeiros classificados como custo amortizado são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado - Contemplam caixa e equivalentes de caixa. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociar e os ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. **c. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros, que incluem, fornecedores, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração líquida. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. **2.3.12. Lucro básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado no período de lucro antes do resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia e a quantidade de ações ordinárias disponíveis no respectivo período (total de ações, menos as ações em tesouraria). **3. Pronunciamentos Contábeis: Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e não adotadas:** Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia não adotou as IFRSs novas e abaixo relacionadas:

Aplicável a exercícios anuais com início em

ou após

Pronunciamento	Descrição	01/01/2023
Alterações ao CPC 50	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 23	Definição de Estimativas	01/01/2023
Alterações à CPC 32	Contábeis	01/01/2023
	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de Única Transação	01/01/2023

A Companhia não espera nenhum impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Referem-se a caixa, saldos bancários e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas lastreadas em debêntures, que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do CDI (variam em 100% em 31 de dezembro de 2022 e de 2021) e para as quais existem penalidades ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento. O saldo de caixa e equivalentes de caixa encontram-se na categoria valor justo por meio do resultado - VJR.

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos		
Aplicações Financeiras	1.007	1.414
Total caixa e equivalentes de caixa	1.013	1.424

5. Contas a Receber
Representado por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Locação	369	329
Linearização de Receita (a)	2.172	1.779
Total saldo a receber	2.541	2.108
Não Circulante	804	695
Circulante	1.737	1.423
(a) Método contábil conforme o pronunciamento técnico CPC 6 - Arrendamentos (R2) para registros das receitas de aluguel e contas a receber. A Companhia avalia o seu aging de contas a receber e não houve necessidade de provisões para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adota como política de provisão para crédito de liquidação duvidosa, quando identifica uma certeza significativa, usualmente parcelas vencidas acima de 360 dias e um percentual de perda esperada sobre o saldo remanescente do contas a receber. O saldo do não circulante em 31 de dezembro de 2022 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:		
2024	6	434
2025	6	434
2026	6	434
2027	6	435
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.737	1.423

6. Demais Contas a Receber

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Allowance (a)	1.819	1.986
Comissões	290	319
Total saldo a receber	2.109	2.305
Não Circulante	351	136
Circulante	1.758	2.169
(a) Contas a receber de gastos referentes às adequações das salas alugadas, e amortizados com base no contrato de locação.		

7. Propriedades para Investimento: As propriedades para investimento são registradas inicialmente ao valor de custo, e posteriormente depreciadas, e consistem em imóveis que são alugados pela Companhia. Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são assim representados:

	%	Saldo	Depreciações	Saldo
Edifícios	2,0%	51.708	(958)	50.750
Terrenos		28.496	-	28.496
Beneficiárias	2,00%	4.081	(75)	4.006
Total		84.285	(1.033)	83.252
	%	Saldo	Depreciações	Saldo
Edifícios	1,85%	52.666	(958)	51.708
Terrenos		28.496	-	28.496
Beneficiárias	1,74%	3.857	(495)	3.362
Total		84.919	(1.453)	83.466

A Companhia optou pelo registro a valor de custo reduzido pela depreciação das propriedades para investimentos. Abaixo demonstramos o comparativo

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 27 de junho de 2022, sem modificação. **Responsabilidades da administração pela demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida		9.478	9.725
Custos		(3.701)	(2.555)
Lucro Bruto		5.777	7.170
Receitas (Despesas) Operacionais		1.088	3.170
Comerciais	10	(305)	(375)
Gerais e administrativas	10	(178)	(34)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		604	2.761
Receitas Financeiras		176	852
Despesa sobre juros	11	(69)	(22)
Resultado financeiro		168	830
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		772	3.591
Imposto de Renda e Contribuição Social		(12)	64
Correntes	12	(529)	(1.064)
Diferidos		231	2.591
Lucro Líquido do Exercício		231	2.591
Lucro Básico por Mil Ações - R\$	14	0,0030	0,031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	231	2.591
Resultado Abrangente Total do Exercício	231	2.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

entre o valor de custo e o valor justo das propriedades para investimento, calculado anualmente, para fins de análise de recuperabilidade.

Propriedades **Valor Justo em** **Valor Contábil** **Mais valia bruta**

CEO **31/12/2022** **em 31/12/2021** **não registrada**

104.040 83.252 20.788

A avaliação para o edifício CEO foi efetuada internamente em 31 de dezembro de 2022, utilizou-se o método de renda para a determinação de valor de mercado, apontado a seguir: Método do renda - fluxo de caixa descontado: por essa metodologia, projeta-se a receita de aluguel atual, com base nos contratos de locação vigentes, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação. Para a determinação do valor de mercado do empreendimento foi criado um fluxo de caixa considerando o período de apuração, totalizando uma projeção de 10 anos. A mensuração do valor justo deste ativo foi classificada como Nível 3 com base nos "inputs" utilizados.

Para a avaliação do ativo, foi utilizado como premissas as seguintes taxas:

Indicadores **Média Ponderada**

Crescimento da Receita 2,39%

Inadimplência 0,00%

Desconto sobre taxa locação (0,37%)

Vacância Financeira 3,63%

Taxa de desconto 10,25%

6. Patrimônio Líquido: a. Capital social: O capital social é de R\$84.393 em 31 de dezembro de 2022 (R\$84.393 em 31 de dezembro de 2021), representado por 84.391.821 (84.391.821 em 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 29 de agosto de 2022, foi realizado o pagamento de R\$1.500 que encontrava-se na rubrica "Contas a pagar com Partes Relacionadas", referente a redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do exercício anterior. Em 23 de setembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital da Companhia, mediante o cancelamento de 6.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representando uma redução de R\$6.000, dos quais R\$4.500 já foram pagos no decorrer do exercício de 2021 e R\$1.500 foram pagos em 2022. **b. Reserva de lucros:** Nesta conta são registrados os resultados acumulados desde o início das atividades, totalizando R\$1.718 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.556 em 31 de dezembro de 2021). **c. Destinação do lucro líquido do exercício:** O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.

31/12/2022 **31/12/2021**

Lucro líquido do exercício 231

(-) Constituição de reserva legal - 5% (15)

Resultado do exercício após constituição de reserva legal 216

(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (54)

Retenção de lucros após dividendos mínimos 2022 162



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações das publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/> | [leioes-publicidade-legal](#)

Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ nº: 51.597.231/0001-65 - NIRE: 35.300.620.348

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DIGITAL

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 31 de outubro de 2023, às 15:00 horas ("Assembleia"), de modo exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias referentes à incorporação da Aptus Negócios Imobiliários Ltda. ("Aptus") pela Companhia: (i) o exame, discussão e votação do *Protocolo e Justificação da Incorporação da Aptus Negócios Imobiliários Ltda. pela Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A.*, celebrada em 17 de outubro de 2023 pela Aptus e pela Companhia ("Protocolo"); (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido e elaboração do laudo de avaliação da Aptus, na data base de 31 de agosto de 2023, anexo ao Protocolo ("Laudo de Avaliação"); (iii) o exame, discussão e votação do Laudo de Avaliação; (iv) a aprovação da incorporação da Aptus pela Companhia ("Incorporação"); (v) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas (caso aprovadas), incluindo, sem limitação, todos os atos necessários à formalização da incorporação da Aptus pela Companhia. **Informações Gerais:** Poderão participar da Assembleia todos os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia na data da Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, observado o disposto no art. 126 da Lei das Sociedades por Ações. Com o objetivo de facilitar os trabalhos da Assembleia, a Companhia solicita que os acionistas que pretendem participar da Assembleia enviem e-mail ao ri@uniaquimica.com.br com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da Assembleia, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando os documentos necessários na tabela abaixo à Companhia, conforme aplicáveis.

Documentação a ser encaminhada à Companhia

	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
CPF e Documento de Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, bem como do procurador, se aplicável, que participou da Assembleia ⁽¹⁾	-	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado	X	-
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso	X	X

⁽¹⁾ Documento de Identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida. O acesso via MS Teams estará restrito a acionistas da Companhia que se credenciarem dentro do prazo legal e conforme os procedimentos acima. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 21 de outubro de 2023.
Fernando de Castro Marques - Diretor

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0005875-36.2023.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, D(r)a, Raphael Garcia Pinho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) TRANSMISSÃO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARTA SANTOS GUILHERMINA, CPF 278.062.248-23, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por SEM PARAN INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA referente à condenação judicial havida junto aos autos do processo nº 1009156-61.2015.8.26.0004, os quais tramitam perante este Juízo e, após o trânsito em julgado, originário o respectivo Cumprimento de Sentença. Encontrando-se, no réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 37.900,81 (trinta e sete mil e noventa e um reais), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 225 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Decorrido os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular andamento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de setembro de 2023. N - 24 e 25

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expedir o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 886.409 em 28 de abril de 2023 a requerimento de ADERMIS UGEDA, aposentado, RG nº 3.651.222-9-SP/SP e CPF nº 155.456.088-20, e sua mulher MARIA FILIETZ UGEDA, do lar, RG nº 17.426.949-SP/SP e CPF nº 358.525.178-10, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente a vigência da Lei 6.515/77, domiciliado nesta Capital, residentes na Rua Mateo Di Giovanni nº 255, casa 01, CEP: 04177-300, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores e a proprietária tabular Srs. Dante Robusto Giorgi, CPF nº 004.351.048, médico, Luiz Antonio de Medeiros Giorgi, CPF nº 005.458.058, Miguel Leuzzi, CPF nº 004.656.908, Jose Giorgi Junior, CPF nº 030.997.768, Orlando Lillo Giorgi, CPF nº 005.458.488, Maria de Lourdes Pinto Lima Giorgi, Jorge Francisco Giorgi ou Jorge Giorgi, CPF nº 005.458.218, Anita Rotondi ou Anita Rotondi Giorgi, CPF nº 001.596.708, Anna Maria de Medeiros Giorgi, Lina de Medeiros Giorgi Pedrosa, Jorge Francisco Giorgi Junior, CPF nº 005.458.138, Luiz Fernando Lisboa Pedrosa, CPF nº 005.253.838, Sophia Helena de Souza Queiroz Giorgi ou Sophia Helena de Souza Queiroz, Elza de Souza Nazareth Giorgi, CPF nº 226.122.708, Marietella Gomes Artigas Giorgi ou Marietella de Goes Artigas Giorgi, Lina Giorgi Leuzzi, Maria Helen de Medeiros Giorgi e Rodolpho Sebastião Giorgi, devidamente qualificados nas transcrições nºs 38.221, 77.966, 79.997, 79.998, 79.999 e 80.000 e inscrição sob nº 235 (av. 110), deste Registro, que os autores acima qualificados, requerem a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017 da CNJ, visando à declaração de domínio do imóvel situado na Rua Matteo Di Giovanni nºs 235 e 255, com origem na transcrições nºs 38.221, 77.966, 79.997, 79.998, 79.999 e 80.000 e inscrição sob nº 235 (av. 110), deste Registro, alegando e comprovando posse mansa e pacífica à 51 anos. Estando em termos, expedir-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 16 do provimento 65/2017 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 25 de outubro de 2023. 25/10 e 09/11/23

R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº: 16.500.437/0001-24 - NIRE 35.300.460.928

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23 de Outubro de 2023

Data, Hora e Local: No dia 23 de outubro de 2023, às 10h, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em face da presença da totalidade dos acionistas. **Ordem do Dia e Deliberações:** Restaram unanimemente aprovadas: (i) a redução do capital social, totalmente integralizado, de R\$ 152.115.899,00 para R\$ 146.115.899,00, com uma redução efetiva de R\$ 6.000.000,00, mediante o cancelamento de 6.000.000 de ações de emissão da Companhia, todas do acionista **Breof Fund de Investimento em Participações - Multiestratégia**, sendo-lhe entregue, em contrapartida às ações a serem canceladas, quantia, em moeda corrente nacional, equivalente ao valor da redução da respectiva participação societária; e (ii) a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social que, passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º: O capital social da Companhia é de R\$ 146.115.899,00 (cento e quarenta e seis milhões, cento e quinze mil oitocentos e noventa e nove reais), dividido em 146.115.899 (cento e quarenta e seis milhões, cento e quinze mil oitocentos e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal".** A presente ata é publicada na forma de extrato, nos termos da lei. **Assinaturas:** Mesa: **Rodrigo Lacombe Abbud** - Presidente e **Kenneth Aron Wainer** - Secretário, Acionistas: **Breof Fund de Investimento em Participações - Multiestratégia**, p. Vb Real Estate Gestão de Carteiras S.A., p. Rodrigo Lacombe Abbud e Kenneth Aron Wainer e **Breof Partners Ltda.**, p. Rodrigo Lacombe Abbud e Kenneth Aron Wainer.

EDITAL DE CITAÇÃO- PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007344-12.2023.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional I-Santana, Estado de São Paulo, D(r)a, CAIO SALVADOR FILARDI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Fernando Rodrigo de Oliveira Correia, que por este Juízo tramita uma ação de Arrolamento Comum movida por Fabiana Oliveira Pribo Correia, Encontrando-se em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta (art. 626 do Código de Processo Civil) e para dizer, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital e após conclusas as citações, sobre as primeiras declarações, podendo arguir erros, omissões e saneamento de bens remanescentes a nomeação do inventariante e contestar a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (art. 627, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil). Fica advertido que decorrido o prazo sem manifestação, o processo seguirá em seus ulteriores termos, valendo a citação para todos os atos do processo, caso em que será nomeado curador especial (art. 257, IV do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de setembro de 2023. 25/26

Abin exonera secretário investigado em operação da Polícia Federal

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) publicou na terça-feira (24) a exoneração do secretário de Planejamento e Gestão, um dos investigados pela Polícia Federal (PF) na Operação Última Milha.

O órgão também exonou dois diretores que não tiveram os nomes divulgados em função da proteção exigida por lei a agentes de inteligência.

O ex-secretário da Abin já estava afastado do cargo desde sexta (20), quando a operação foi deflagrada, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator da investigação.

A PF investiga o uso indevido, por parte de servidores da Abin, de um sistema de geolocalização de dispositivos móveis, sem a devida autorização judicial.

De acordo com a PF, o sistema de geolocalização utilizado pela Abin é um "software intrusivo na infraestrutura crítica de telefonia brasileira. A rede de telefonia teria sido invadida reiteradas vezes, com a utilização do serviço adquirido com recursos públicos." (Agência Brasil)

Exército libera militares aquartelados após furto de metralhadoras

O Comando Militar do Sudeste anunciou na terça-feira (24) que não há mais nenhum militar aquartelado ou em situação de sobreaviso no Arsenal de Guerra, em Barueri (SP), em razão das investigações sobre o furto de metralhadoras. Em nota, o Comando informou que, neste momento, todos os militares que trabalham no local estão cumprindo o expediente normalmente.

Os militares suspeitos de participação no furto das armas do Exército estão sendo investigados por furto, peculato, receptação e desaparecimento, consunção ou extraviu, crimes previstos no Código Penal Militar.

O comando não informou quantos policiais estão sendo investigados e quantos já receberam alguma punição disciplinar.

A ausência do armamento, que estava no Arsenal de Guerra em Barueri, foi notada no dia 10 de outubro durante inspeção. Foram notadas a ausência de 21 metralhadoras, sendo 13 de calibre .50 - capazes de derrubar aeronaves - e oito de calibre 7,62.

A notícia fez com que o Comando Militar do Sudeste determinasse o aquartelamento de centenas de militares da unidade e a abertura de uma investigação para apurar os fatos.

Até o momento, das 21 metralhadoras que sumiram 17 já foram encontradas.

Na quinta-feira (19), a Polícia do Rio de Janeiro recuperou oito metralhadoras que estavam no bairro Gardênia Azul, situado na zona oeste da capital fluminense.

Na madrugada do último sábado (21), a Polícia Civil de São Paulo encontrou mais nove metralhadoras. (Agência Brasil)

CALIANDRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

CNPJ: 11.392.899/0001-51 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º Andar - CEP 04538-132 - São Paulo/SP - Telefone: (11) 3018-7600

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas, o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição de V. Sas, para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários. **A Administração.**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)			
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	101	282
Impostos a compensar		13	160
Total do ativo circulante		114	442
Não Circulante			
Impostos a compensar		571	1.152
Mútuo a receber	5	9.810	12.278
Investimentos	6	241.296	238.731
Total do ativo não circulante		251.647	252.161
Total do Ativo		251.761	252.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Calianдра Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") foi constituída em 21 de novembro de 2008, tendo sua sede, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e como objeto social a participação acionária em outras sociedades com atividades preponderantes no desenvolvimento, na venda e na locação de shoppings centers. A Syn Prop e Tech S.A. é a Companhia responsável pela gestão das operações da Companhia, assumindo determinadas custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada para a sua gestão. A Companhia está atuando em diversos planos de ação relacionados à melhoria de desempenho operacional do empreendimento, o que está diretamente refletido no aumento da taxa de ocupação do shopping, bem como no crescimento de receitas de locação. Atualmente, o resultado tem impacto relevante da linearização dos descontos concedidos ao longo da pandemia da COVID-19, impacto este que será atenuado à medida que se aproximam os vencimentos dos contratos com desconto linearizado. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, no montante de R\$1.463, tal situação decorre substancialmente devido os saldos passivos com acionistas que foram regularizados no período subsequente. Os acionistas estão efetuando aportes de recursos para o cumprimento das obrigações e pretende mantê-los, se e quando requeridos.

2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 22 de setembro de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, que a Companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível. A Administração efetuou avaliação quanto a capacidade da Companhia em manter sua continuidade operacional, e não identificou nenhuma incerteza significativa sobre o assunto. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. **Demonstrações financeiras consolidadas:** A Sociedade não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, incluindo sua controlada integral Shopping Cerrado Empreendimentos Imobiliários S.A., uma vez que sua controladora, SYN Prop e Tech S.A., prepara demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Principais práticas contábeis: 2.3.1. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: **a) Provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas:** As estimativas de provisão, passivos e ativos decorrem de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos a interpretação de cada jurisdição, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados. **b) Instrumentos financeiros:** Nossos instrumentos financeiros estão sujeitos principalmente a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a qual é influenciada pela taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia, regulamentada pelo Banco Central do Brasil. Os instrumentos financeiros não são sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são acrescidos de custos de transação diretamente atribuíveis, veja a classificação de cada instrumento na nota explicativa nº 11. **c) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis para mensuração de ativos e passivos por meio de ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **2.3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas como caixa e equivalente de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - VJR". **2.3.3. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas, nas demonstrações financeiras individuais, são registrados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

2.3.4. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão utilizados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são classificados como não circulantes.

Hector Bruno Franco de Carvalho Leitão - Diretor Financeiro

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receitas (Despesas) Operacionais		
Gerais e administrativas	(17)	(6)
Equivalência patrimonial	(9.389)	(9.650)
Outras receitas operacionais	94	5
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(9.312)	(9.651)
Receitas financeiras	8	82
Despesas financeiras	(1)	(1)
Resultado financeiro	81	45
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.231)	(9.646)
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	9	(14)
Prejuízo Líquido de Exercício	(9.245)	(9.655)
Prejuízo básico por mil ações	11	(0,0257)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo Líquido de Exercício	(9.245)
Resultado Abrangente Total do Exercício	(9.245)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a Companhia não adotou as IFRSs novas e abaixo relacionadas:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a exercícios anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Sem definição
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de União Transação	01/01/2023

A Companhia não espera nenhum impacto material nas informações financeiras da Companhia, sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Referem-se a caixa, saldos bancários e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas lastreadas em debêntures, que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do CDI (variam entre 95% e 100%) e para as quais existem penalidades ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento. O saldo de caixa e equivalentes de caixa enquadram-se na categoria de valor justo por meio do resultado - VJR.

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	13	7
Aplicações Financeiras	88	275
Total caixa e equivalentes de caixa	101	282

5. Mútuos a Receber: Neste conta está registrado o mútuo a receber referente a um aporte na controlada Cerrado Empreendimentos Imobiliários S.A. e totaliza R\$5.810 em 31 de dezembro de 2022 (R\$12.278 em 31 de dezembro de 2021).

6. Investimentos em Controladas: (a) As principais informações das investidas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim representadas

Investimentos	Segmento	31/12/2022	31/12/2021	Ativo Passivo circulante e não circulante	31/12/2022	31/12/2021	Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021	Resultado	31/12/2022	31/12/2021
Ébano Emprend. Imob. Ltda	Shopping Center	3.528	1.371	3.142	1.058	310	252	76	61	-	-	-
Cerrado Empreendimentos Imob. S.A.	Shopping Center	247.852	246.809	14.388	16.240	233.646	230.569	(11.135)	(11.472)	-	-	-

(b) As movimentações e composições dos investimentos diretos da Companhia podem ser assim apresentadas

Companhias	% Participação	Saldo em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Adições (baixas)	Investimentos	Saldo em 31/12/2022
Ébano Empreendimentos Imob. Ltda	99,99%	313	76	-	389	389
Cerrado Empreendimentos Imob. S.A.	80,00%	195.984	(9.465)	11.924	198.443	198.443
Ágio na aquisição de participações	100,00%	42.434	-	-	42.434	42.434
Total dos investimentos		238.731	(9.389)	11.924	241.266	241.266

(c) Ágio de R\$42.434 relativo à mais valia de ativos gerado por conta da construção do Shopping Cerrado.

	2022	2021
Descrição		
Prejuízo antes do imposto de renda	(9.231)	(9.646)
Adições - Equivalência patrimonial	9.389	9.650
Exclusões - outras receitas operacionais	(94)	(5)
Lucro antes da compensação do prejuízo	64	39
Imposto utilizado a alíquota do imposto (34%)	(22)	(13)
Diferenças permanentes	8	4
Imposto de renda e contribuição social - no resultado	(14)	(9)
Alíquota efetiva	21,88%	23,08%
10. Prejuízo por Ação: O resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui potenciais fatores diluidores do prejuízo, portanto o prejuízo diluído é equivalente ao prejuízo básico.		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo líquido do exercício	(9.245)	(9.655)
Quantidade média de ações em circulação	359.317.645	348.828.210
Prejuízo básico por ação - em R\$	(0,0257)	(0,0277)

11. Instrumentos Financeiros: Estrutura de Gerenciamento de risco

A administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e aderência dos limites determinados.

a) Riscos de crédito: As operações da Companhia compreendem a administração de locações de imóveis de renda, sejam em shopping centers, edifícios comerciais ou galpões, estando todos os regimes por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados à índices de reposição inflacionária. A Companhia adota procedimentos específicos de seleção e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. **b) Riscos de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)				
Capital social	Prejuízos Acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total	
2022	348.828	(97.094) (9.655)	7.251	258.985 (9.655)
capital	-	-	3.238	3.238
2021	348.828	(106.749)	10.489	252.568
capital	-	-	(10.489)	-
capital	-	(9.245)	-	(9.245)
capital	-	-	6.961	6.961

Verstappen vence nos Estados Unidos depois de largar em 6º

Por Tiago Mendonça

Mesmo saindo em sexto lugar no grid para o GP dos Estados Unidos, depois de ter sua volta de classificação deletada por exceder os limites de pista, Max Verstappen mostrou boa recuperação em Austin e cruzou a linha de chegada novamente em primeiro lugar, alcançando sua 15ª vitória na temporada e a 50ª na carreira.

A corrida começou agitada, com Lando Norris, da McLaren, tomando a liderança do pole position Charles Leclerc, da Ferrari, logo na primeira curva. Na volta de número seis, foi a vez de Lewis Hamilton, da Mercedes, deixar o monegasco para trás e assumir a segunda posição. Mas a liderança de Norris teria vida curta.

O britânico da McLaren não conseguiu segurar os ataques de Verstappen, que vinha se recuperando muito bem e tomou a primeira posição na volta de número 26. Max perdeu a liderança após entrar nos boxes para trocar os compostos, mas logo a recuperou e permaneceu na frente até o fim da corrida.

O segundo colocado na pista foi Hamilton, que fez valer o pacote de atualização no W14 para o fim de semana em Austin. Mas após a prova os comissários detectaram desgaste anormal na prancha que fica sob o assoalho, o que resultou na desclassificação do piloto da Mercedes. O mesmo ocorreu com o sexto colocado, Charles Leclerc, também desclassificado.

Norris subiu para segundo na



Max Verstappen

classificação oficial, o que lhe garantiu um pódio em sua corrida de número 100 na F-1. Carlos

Sainz, da Ferrari, foi promovido ao terceiro lugar, à frente de Sergio Pérez, da Red Bull, em quarto,

George Russell, da Mercedes, em quinto, e Pierre Gasly, da Alpine, em sexto. Lance Stroll, da Aston Martin, foi o sétimo e Yuki Tsunoda, da AlphaTauri, o oitavo.

Tsunoda inclusive registrou a melhor volta da prova. As desclassificações também foram benéficas para a Williams, que viu Alexander Albon entrar na zona de pontuação em nono e o norte-americano Logan Sargeant marcar seu primeiro ponto na Fórmula 1 justamente na corrida de casa, em décimo lugar.

Uma cena que chamou bastante atenção foi a cerimônia de pôdio, em que vaías foram ouvidas para Max Verstappen, especialmente por parte dos torcedores mexicanos. O piloto holandês minimizou o fato. “Não me importo. No final,

sou eu que estou levando o troféu para casa, então, tudo bem para mim”, respondeu Verstappen.

A próxima etapa da Fórmula 1 é justamente o GP da Cidade do México, já neste fim de semana, na casa de Sergio Pérez e com o autódromo lotado. Mas por incrível que pareça quem está mais preocupado é o próprio Pérez, que vem apresentando performances abaixo do desejado e tem sua permanência contestada na Red Bull para 2024.

Os rumores indicam que o consultor da equipe, Helmut Marko, teria dado um ultimato a Pérez, que tem a obrigação de conquistar o vice-campeonato. Nesse sentido, a desclassificação de Hamilton o ajudou: agora, Pérez tem 39 pontos de vantagem sobre o piloto britânico, restando apenas quatro provas.

Carioca Gabriel Fernandes vence a F-4 Jr e é o virtual campeãona V11 Aldeia Cup



Gabriel Fernandes é o virtual campeão da F-4 Júnior na V11 Aldeia Cup

Bastaram cinco vitórias em sete etapas, para que o carioca Gabriel Fernandes (Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/

Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel) seja considerado o virtual campeão da categoria F-4 Júnior

na V11 Aldeia Cup. No último fim de semana, o piloto de Nova Iguaçu foi o pole position da penúltima rodada do certame do Kartódromo Internacional Aldeia da Serra (Barueri/SP) e venceu novamente, para somar 128 pontos, abrindo 46 de folga sobre o vice-líder Miguel Silva. A oitava e última rodada será realizada dia 26 de novembro, com 43 pontos ainda em jogo.

“O meu Techspeed estava bem acertado e me ajudou a vencer novamente. Agora vou para a rodada tripla final com mais tranquilidade, pensando em cumprir a tabela do campeonato, mas também com vontade de vencer o terceiro turno”, planeja o rapaz de 14 anos de idade.

Na tomada de tempos da sétima etapa Gabriel garantiu a sua terceira pole position, apenas 39 centésimos de segundo mais rápido que o seu companheiro de equipe Miguel da Silva (Duvale Distribuidora de Petróleo e Alcool/SOS Bike Móvel), que largou melhor e assumiu a ponta da primeira

meira bateria. Sem querer se envolver em disputa desnecessária, terminou em segundo, colado em Miguel.

Com a inversão do grid entre os quatro primeiros para a segunda prova, Gabriel foi mais agressivo partindo em quarto, e na abertura da segunda volta já estava na liderança. Com tranquilidade foi abrindo vantagem, para vencer com 2s225 de folga sobre João Paulo Guedes. Na somatória de pontos das duas corridas, os dois companheiros na equipe Dai Motorsport/Nikima Racing fizeram a terceira dobradinha da temporada.

“O nosso time novamente acertou o acerto dos Techspeed e nós não cometemos erros na pista. Estou bem contente com esta quarta pole e quinta vitória, e certamente vamos tentar repetir outra dobradinha na etapa final, para finalmente comemorarmos os títulos”, comemorou Gabriel Fernandes, que na temporada fez seis voltas mais rápidas e venceu os dois primeiros turnos.

Vedacit Vôlei Guarulhos conquista o Campeonato Paulista Masculino de 2023

Em uma final reunindo as duas melhores equipes do torneio, a expectativa é sempre de uma grande disputa. Mas Vedacit Vôlei Guarulhos e Suzano Vôlei foram além e proporcionaram um verdadeiro show de garra, determinação e muita técnica ao longo das três partidas do playoff final. Na noite desta segunda, no Ginásio da Ponte Grande, o Vedacit Vôlei Guarulhos garantiu seu primeiro título estadual ao vencer a terceira partida, de virada, por 3 sets a 2, com parciais de 33/35, 21/25, 25/23, 25/16 e 15/12, fechando a série por 2 a 1 e tendo apenas uma derrota em todo o torneio.

Com uma vitória para cada lado, a partida decisiva prometia repetir o equilíbrio dos jogos anteriores. Porém, o Suzano Vôlei começou melhor e aproveitou a demora do adversário para se encontrar. Abriu logo uma vantagem de 7 a 1 e passou a administrar o jogo. Aos poucos, porém, time da casa foi se acertando e chegou ao empate em 23/23. Os dois times se alteraram na liderança, mas os visitantes fecharam com 35/33. No segundo set, embalado pela vitória, o Suzano acabou tendo mais tranquilidade para vencer por 25/23 e abrir uma boa vantagem na decisão.



Campeonato Paulista Masculino de 2023

O confronto, entretanto, começou a virar no terceiro set. A parcial foi bastante equilibrada e o time suzanense parecia estar mais concentrado e perto de fechar em 3 a 0. Até que, na reta final da série, o Vedacit Vôlei Guarulhos conseguiu virar o marcador graças aos bons saques do levantador reserva Everaldo, que ajudou seu time à vitória, mantendo as esperanças da torcida local. A recuperação acabou desconcertando o time visitante, que pouco fez para evitar a derrota por 26/12, provocando a definição no tie-break.

No quinto set, a partida voltou a ficar equilibrada até o empate em 11/11. A partir daí, só deu Vedacit Vôlei Guarulhos que, empurrado pela torcida, não deu chances aos adversários e fechou por 15/12, garantindo o título de 2023 do vôlei masculino paulista da Divisão Especial.

O técnico de Guarulhos, Nery Tambeiro, destacou a resiliência da equipe guarulhense, durante os momentos mais importantes da partida: “Foi um jogo muito disputado. O Guarulhos entrou na quadra com a força da torcida, mas o Suzano conseguiu fechar o primeiro set que foi muito longo. Fi-

zeram por merecer o 2x0 dentro da nossa casa, mas nossa torcida apoiou o tempo todo. Viramos o terceiro, vencemos o quarto e chegamos no tie-break com muita força. Isso mostra um time resiliente, caiu mas levanta e continua de pé acreditando. Até chegarmos nessa vitória, que foi do grupo todo. Isso tudo coroa o trabalho maravilhoso do Vedacit Vôlei Guarulhos”, afirmou.

Pelo lado do Suzano, o experiente central Riad destacou a caminhada do grupo para chegar à final e o fato de ter apresentado um grande voleibol. “O grupo está de parabéns por trazer Suzano, uma cidade que tem história no esporte, de novo à elite do voleibol. Tivemos um grande adversário e que também merece pelo trabalho que vem fazendo ao longo dos anos. Saímos tristes pela derrota, mas conscientes que fizemos boas apresentações. Agora é pensar na Superliga”, declarou.

A partir de 11 de novembro as duas equipes iniciam a Superliga 23/24 e o primeiro confronto do torneio será entre Suzano Vôlei e Vedacit Vôlei Guarulhos.

O Campeonato Paulista Adulto de Voleibol, Divisão Especial, tem organização e promoção da Federação Paulista de Volleyball.

Pietro Fittipaldi é contratado pela Rahal Letterman Lanigan Racing

Foto/ RLL



Pietro Fittipaldi

A Rahal Letterman Lanigan Racing (RLL) anunciou na segunda-feira que Pietro Fittipaldi, atual piloto reserva e de testes da Haas F1 Team, vai pilotar o carro de número 30 da equipe em sua primeira temporada completa da NTT INDYCAR SERIES em 2024.

Multicampeão em categorias de fórmulas e vencedor no WEC (Mundial de Endurance), Fittipaldi retorna à categoria depois de ter feito nove provas em 2018 e 2021 pela Dale Coyne Racing. Detalhes sobre o patrocínio da inscrição serão anunciados posteriormente.

“Estou extremamente orgulhoso e honrado em pilotar para a equipe Rahal Letterman Lanigan Racing. Com a experiência que adquiri nos últimos anos na F1 e em outras categorias, estou ansioso pelo desafio de correr na INDYCAR, uma das séries mais competitivas e versáteis do mundo. Quero agradecer Bobby Rahal, Mike Lanigan e David Letterman pela oportunidade e confiança depositada em mim. Mal posso esperar para começar”, diz Fittipaldi.

Bobby Rahal, co-proprietário da Rahal Letterman Lanigan Racing, comentou a nova contratação da equipe.

“Estou muito contente por termos conseguido que Pietro se juntasse à RLL como piloto do carro nº 30. Ele teve experiência anterior na INDYCAR fazendo temporadas parciais com a Dale Coyne Racing e qualificando-se de forma impressionante em 13º em Indianápolis em 2021. Eu o conheci e desde então ele tem trabalhado duro como piloto reserva da equipe Haas F1. E pelas nossas conversas, fiquei impressionado com a maturidade e experiência que ele agora trará ao nosso programa. Estou ansioso para ver o que ele pode fazer durante

uma temporada completa de competição da INDYCAR em 2024”, disse.

Mike Lanigan, co-proprietário da Rahal Letterman Lanigan Racing, também exaltou a chegada de Pietro ao time. “Estamos orgulhosos e entusiasmados em receber Pietro em nossa equipe. O nome da família Fittipaldi sempre esteve associado à vitória e à competitividade no nosso esporte. O legado continua vivo com Pietro e acolhemos com satisfação os desafios para manter viva a tradição”, diz Mike.

Neto do bicampeão mundial da Indy 500, Emerson Fittipaldi, Pietro fez seis largadas na Indy em 2018 – três em pistas ovas e três em circuitos mistos – com sua melhor largada sendo 10º em Phoenix e melhor finalização em 9º em Portland.

O brasileiro planejava competir em mais corridas, mas seu programa foi interrompido no meio da temporada depois de quebrar as duas pernas em um acidente nas 6 Horas do Campeonato Mundial de Endurance do Circuito de Spa-Francorchamps em maio daquele ano.

Em 2021, ele dividiu a temporada no número 51 da Dale Coyne Racing com entrada de Rick Ware com Romain Grosjean, disputando três das quatro corridas ovas. Destaque para sua classificação em sua estreia nas 500 Milhas de Indianápolis: o 13º lugar no grid lhe rendeu o “Prêmio de Estreante Mais Rápido”.

A temporada 2024 da NTT INDYCAR SERIES começa no domingo, 10 de março, nas ruas de São Petersburgo, na Flórida. A principal série de monopostos da América do Norte cruzará os Estados Unidos, incluindo a 108ª 500 milhas de Indianápolis no domingo, 26 de maio, antes de culminar em Nashville para a final do campeonato em 15 de setembro.

CBV anuncia José Roberto Guimarães como coordenador técnico das seleções femininas

O tricampeão olímpico José Roberto Guimarães aceitou o convite da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) e será o coordenador técnico das seleções brasileiras femininas. O objetivo é planejar o trabalho das equipes adultas e de base com foco nos Jogos Olímpicos de 2024, 2028 e 2032. O técnico segue no comando da seleção adulta feminina,

cargo que ocupa há 20 anos. Em setembro, Bernardinho assumiu o cargo de coordenador técnico das equipes masculinas.

“O cargo de coordenador técnico foi criado para reforçar a integração entre as equipes adultas e de base, que já vinha sendo desenvolvida pela CBV. Em setembro o Bernardinho assumiu o posto no masculino e agora tivemos

o sim de José Roberto Guimarães no feminino. São dois dos maiores técnicos da história do voleibol mundial, talentos que fazem a diferença no desenvolvimento de qualquer projeto. O objetivo é realizar um trabalho conjunto entre os times adultos e de base, pensando não apenas nos Jogos de Paris 2024, mas também nos dois ciclos olímpicos seguintes” explica Jorge

Bichara, diretor técnico da CBV.

José Roberto Guimarães reforçou sua conexão com as categorias de base ao falar sobre o novo cargo. “Estou feliz por poder ajudar e assumir essa coordenação. É um trabalho muito importante. E não vamos pensar só em ter atletas de voleibol. Precisamos dar oportunidades de vida, reafirmar a importância do

estudo e moldar futuras cidadãs. Tenho uma relação forte com a base, sempre tive preocupação com essa área. É primordial investir cada vez mais para termos talentos aparecendo frequentemente. Só assim teremos uma formação técnica melhor, maior qualidade de fundamentos e a possibilidade de intercâmbio com outras seleções. Essa é uma preocupação que a CBV

tem tido e que pretendemos fomentar cada vez mais. Esse ano já conversei muito com os treinadores da base. Fizemos algumas escolhas em relação à preparação das seleções que foram benéficas para conseguirmos a medalha de bronze no Mundial sub-21, por exemplo”, diz José Roberto Guimarães. O Banco do Brasil é o patrocinador oficial do voleibol brasileiro.